

PARÁ Industrial

DEZEMBRO 2012 • ANO 5 • EDIÇÃO 22

OPORTUNIDADE PARA A INDÚSTRIA MOVELEIRA

COM O PROJETO *PROSPECT*, EMPRESÁRIOS DO SEGMENTO MOVELEIRO TRABALHAM COM A PERSPECTIVA DE EXPORTAREM NÃO MAIS A MADEIRA CRUA, MAS SIM O *DESIGN* PARAENSE PARA O PERU.

QUEM ESTUDA CRESCE.



GRIFFO

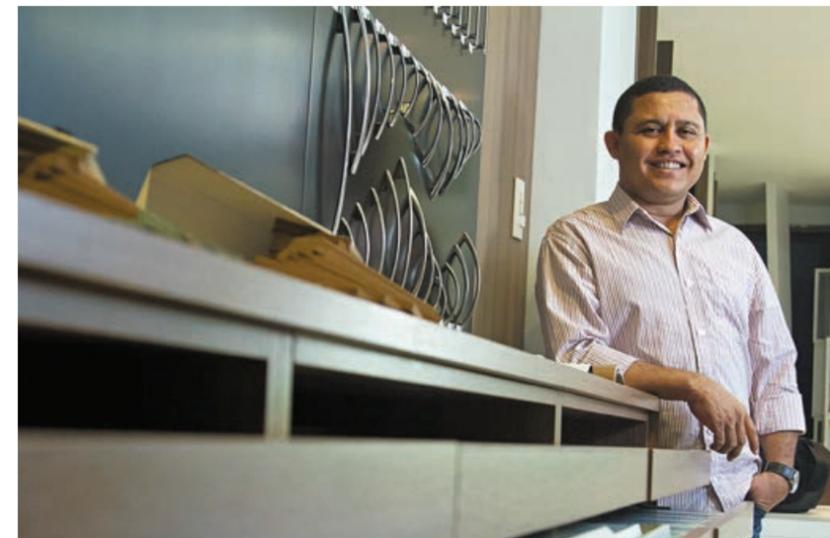
As escolas da Rede Sesi esperam por você. Venha! Matrículas abertas.

Programas de ensino adequados às suas necessidades. Assim são os cursos do Sesi de capacitação e ensino fundamental e médio para jovens e adultos. E o melhor: seja qual qual for o setor da indústria no qual você trabalha, o Sesi está pronto para lhe abrir as portas do conhecimento e aumentar ainda mais a sua qualificação profissional.

Para saber mais:
sesipa.org.br
gerenciadededucacao@sesipa.org.br
91- 4009-4921



SUMÁRIO DEZEMBRO 2012



26 Projeto da Comissão Europeia incentiva empresas produtoras de móveis do Pará a exportarem para o mercado peruano.

14 A produção integrada dentro da mesma área de produtos das atividades pecuária, agricultura e silvicultura, sem precisar desmatar é opção para a pecuária local.

18 Só em 2011, a indústria de cosmético somou 43 bilhões de dólares em vendas. Isso demonstra que o mercado da beleza está muito longe de viver uma crise.

24 Campanha de Regularização empresarial realizada pela Redes ajuda empresários a terem acesso a informações estratégicas e órgãos regulamentadores.

32 Alunos formados no curso de Construção Civil do Senai, em Castanhal, põem a mão na massa e, além de praticar os conhecimentos aprendidos, praticam o bem.



O BRASIL ESTÁ ATRASADO EM INFRAESTRUTURA EM COMPARAÇÃO A PAÍSES CONCORRENTES."

ENTREVISTA com o presidente do CNI, Robson Braga de Andrade

36 Cursos técnicos são porta de entrada para o mercado de trabalho e uma necessidade para a indústria no Pará.

40 Entenda a importância da Cipa dentro de uma empresa e os benefícios para os empregados.

SEÇÕES

- ↳ **Editorial** Pág. 5
- ↳ **Radar da Indústria** Pág. 6
- ↳ **Direitos e Deveres** Pág. 22
- ↳ **Vida Corporativa** Pág. 44

ARTIGOS

- ↳ **José Fernando Coura** Pág. 9
- ↳ **Hugo Tanimoto** Pág. 31

**DIRETORIA DA FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO PARÁ / FIEPA
QUADRIÊNIO 2010/2014**

PRESIDENTE
José Conrado Azevedo Santos

VICE-PRESIDENTES
Sidney Rosa • 1º Vice-Presidente
Gualter Parente Leitão • 2º Vice-Presidente
Manoel Pereira dos Santos Júnior
Nilson Monteiro de Azevedo
Roberto Kataoka Oyama
Luiz Carlos da Costa Monteiro
Hélio de Moura Melo Filho
José Maria da Costa Mendonça
Luiz Otávio Rei Monteiro
Juarez de Paula Simões
Marcos Marcelino de Oliveira

SECRETÁRIOS
Elias Gomes Pedrosa Neto • 1º Secretário
Antonio Djalma Souza Vasconcelos • 2º Secretário

TESOUREIROS
Ivanildo Pereira de Pontes • 1º Tesoureiro
Roberto Rodrigues Lima • 2º Tesoureiro

DIRETORIA
Carlos Jorge da Silva Lima
Antonio Pereira da Silva
Pedro Flávio Costa Azevedo
Rita de Cássia Arêas dos Santos
Cezar Paulo Remor
Antonio Emil dos Santos L. C. Macedo
Solange Maria Alves Mota Santos
André Luiz Ferreira Fontes
Raimundo Gonçalves Barbosa
Frederico Vendramini Nunes Oliveira
Darci Dalberto Uliana
Fernando Bruno Barbosa
Neudo Tavares
Armando José Romanguera Burle
Paulo Afonso Costa
Nelson Kataoka

CONSELHO FISCAL
Efetivos:
Fernando de Souza Flexa Ribeiro
Luizinho Bartolomeu de Macedo
Lísio dos Santos Capela

Suplentes:
José Duarte de Almeida Santos
João Batista Correa Filho
Mário César Lombardi

DELEGADOS
Efetivo junto à CNI:
José Conrado Azevedo Santos

Suplentes junto à CNI:
Shydney Jorge Rosa
Gualter Parente Leitão
Manoel Pereira dos Santos Júnior

SUPERINTENDENTE REGIONAL DO SESI
José Olímpio Bastos

DIRETOR REGIONAL DO SENAI
Gerson dos Santos Peres

DIRETOR REGIONAL DO IEL
Gualter Parente Leitão

CHEFE DE GABINETE DA FIEPA
Fabio Contente Biolcati Rodrigues



**DEZEMBRO DE 2012
ANO 5 • EDIÇÃO 22**



PRODUÇÃO
Travessa Benjamin Constant, nº 1416
Bairro Nazaré | Cep: 66035-060
www.temple.com.br
temple@temple.com.br

REDAÇÃO
Coordenação: Cleide Pinheiro
Edição: Camila Gaia
Projeto gráfico: Calazans Souza
Tratamento de imagem e diagramação: Antônio Machado
Foto da capa: Divulgação Colossus
Reportagens: Adriana Ferreira, Jaqueline Ferreira, Lorena Nobre Dourado, Paulo Henrique Gadelha, Tiago Chaves, Nathalia Petta, Valéria Barros e Yuri Age
Revisão de texto: Carol Magno
Revisão de conteúdo: Ivanildo Pontes

PUBLICIDADE
Temple Comunicação
temple@temple.com.br
(91) 3205-6504
Impressão: Marques Editora
Tiragem: 15.000 exemplares

** As opiniões contidas em artigos assinados são de responsabilidade de seus autores, não refletindo necessariamente o pensamento da FIEPA.*



Tasso Santar

**PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS
DÃO DESTAQUE AO PARÁ
NO CENÁRIO NACIONAL**

JOSÉ CONRADO SANTOS
PRESIDENTE DO SISTEMA FEDERAÇÃO DAS
INDÚSTRIAS DO ESTADO DO PARÁ (FIEPA)

Mais do que produtos minerais e florestais como o açaí e a madeira, o Pará começa agora a ser reconhecido como um estado que exporta atitudes, boas atitudes para os mais variados cantos do mundo. Provando que estamos à frente do nosso tempo e somos exemplo para o país, a indústria paraense vem conseguindo lucrar com ações sustentáveis, consolidando a economia verde na região. Além dos dividendos da atividade, dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT) revelam que a economia verde pode criar entre 15 e 60 milhões de novos postos de trabalho em todo o mundo durante os próximos 20 anos.

Para tratar sobre o assunto e apresentar os grandes cases de sucesso de economia verde desenvolvidos no Pará, a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil) trará ao estado o evento inédito “Sustentabilidade para Competitividade Global”. Mais do que fazer propaganda das boas práticas desenvolvidas em solo paraense, a escolha da Apex mostra a todo o Brasil que o Pará, no que se refere à pauta de sustentabilidade, não é só aquele que desmata e alcança posições bastante desagradáveis no que tange a conservação de nossa floresta, também buscamos as soluções para reverter o quadro negativo do desmatamento.

Utilizar os recursos naturais da melhor forma, de maneira consciente e com foco na sustentabilidade pode nos trazer lucro econômico e, claro, ganhos ambientais altamente relevantes para a manutenção do ecossistema. Essa é a grande lógica da economia verde. Ao incentivar que empresas, governos e organizações não governamentais invistam paralelamente no modelo sustentável, pretende-se apontar mais uma direção para tornar a Amazônia um importante selo de entrada dos produtos brasileiros no mercado internacional.

A sustentabilidade é um importante fator de competitividade da indústria brasileira. Temos, em nosso território, a maior e mais rica floresta em biodiversidade do mundo. Este é nosso diferencial. Nenhum outro lugar do mundo pode competir com o Brasil no

que se refere a soluções viáveis para a sustentabilidade e conservação do meio ambiente. Mas, para que isto se torne uma realidade irreversível, elevando nosso país aos patamares das superpotências mundiais, precisamos nos apropriar de novas ferramentas tecnológicas, as quais permitam utilizarmos os recursos naturais da melhor forma.

Na tentativa de dar ao Pará uma nova imagem e fazer com que este estado amazônico seja um exemplo a ser seguido no que se refere às ações de sustentabilidade, a Fiepa – com o apoio da Confederação Nacional da Indústria (CNI) – estimula uma rede de livre negociação entre as indústrias, conciliando ganhos econômicos com ganhos ambientais, através do anúncio de resíduos para compra, venda, troca ou doação. O Sistema Integrado de Bolsa de Resíduos (SIBR) abre um mercado para os detritos provenientes da atividade produtiva, agregando valor àquilo que, *a priori*, seria despejado no meio ambiente, possibilitando o uso desses resíduos como matéria-prima ou insumo no processo produtivo.

Outras tantas iniciativas sustentáveis, por que não dizer *cases* de economia verde, já estão sendo desenvolvidos em solo paraense. É o exemplo da utilização de biomassa ao invés de lenha nas olarias do estado. O setor cerâmico, um dos mais tradicionais, trocou a madeira virgem por resíduos industriais, tais quais: o caroço do açaí, a casca da castanha-do-pará ou o pó da serragem para alimentar as olarias. Essa simples iniciativa trouxe benefícios de toda a ordem para as cerâmicas paraenses, assim como também gerou resultado positivo às indústrias geradoras dos resíduos. E são iniciativas como essa, de melhor aproveitamento dos recursos naturais, que estão fazendo do Pará exemplo de estado que desenvolve soluções viáveis e práticas em prol da sustentabilidade e responsabilidade socioambiental empresarial.

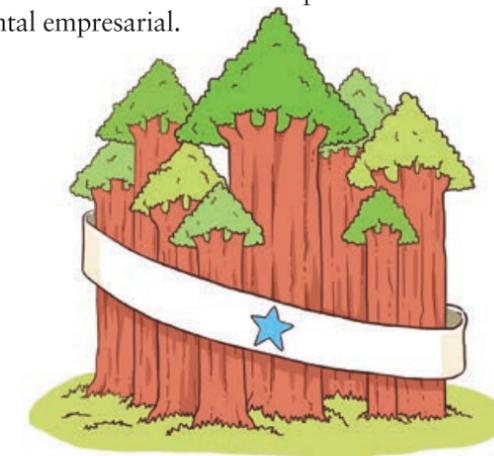


Ilustração: Wilson Vicente



FALE COM A PARÁ INDUSTRIAL

www.fiepa.org.br

Assessoria de Comunicação da Fiepa
Travessa Quintino Bocaiuva, nº 1588, 7º andar. CEP: 66035-190. Belém (PA)
(91) 4009-4900 / 3224-1995
Comentários e sugestões de pauta: ascom@fiepa.org.br



Siga o nosso perfil
[@sistemaFIEPA](https://twitter.com/sistemaFIEPA)



Curta
[/sistemaFiepa](https://www.facebook.com/sistemaFiepa)



DESTAQUE EM PREMIAÇÕES

Quatro projetos paraenses foram destaques na solenidade de entrega dos prêmios Professor Samuel Benchimol e Banco da Amazônia de Empreendedorismo Consciente em novembro. O Pará foi vencedor nas categorias Social e Empreendedorismo Consciente – nesta última ocupando todas as três colocações. Na categoria Social o projeto vencedor prevê a construção de uma Escola de Gestão Ambiental em parceria com empresas e instituições, além da implantação de uma unidade própria no nordeste paraense, próximo a Belém. Já na categoria Empreendedorismo Consciente o vencedor foi o projeto “Organolate”, que tem como objetivo a capacitação de mulheres nas comunidade Bom Jardim e Tracuateua, em Barcarena, para a geração de renda através da produção de achocolatado em pó totalmente orgânico.

ATUALIZAÇÃO DE CADASTRO

Os profissionais da Contabilidade, incluindo contadores e técnicos em contabilidade atuantes em todos os setores da economia paraense, devem realizar, até 31 de dezembro, o recadastramento obrigatório e gratuito perante o Conselho Regional de Contabilidade (CRC-PA). A desatualização dos dados dificulta a comunicação dos eventos promovidos pelos conselhos federal e regional e de outros benefícios e informações importantes para a classe. Quem deixar de cumprir a obrigação ficará com o registro em situação pendente na entidade. O recadastramento pode ser feito pelo site do CRC-PA (www.crcpa.org.br).



SENAI OFERECE ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL PARA JOVENS

Mais de 14 mil pessoas participaram da terceira edição do “Mundo Senai”, no Pará. O evento, realizado em 11 unidades operacionais do Senai espalhadas pelo estado, possibilitou que futuros profissionais pudessem participar, gratuitamente, de palestras, mostras tecnológicas, minicursos, oficinas, visitas aos laboratórios que simulam o cotidiano de empresas do setor industrial, além de oferecer orientação profissional. Com essas vivências, os jovens que almejam boa formação profissional tiveram a oportunidade de pensar na escolha da profissão, bem como, a possibilidade de seguir carreira na indústria.



Fotos: Lorena Nobre Dourado e Valéria Barros

SUSTENTABILIDADE À MESA

Estimular a alimentação saudável na rede hoteleira do país por meio da qualificação dos chefes de cozinha, gestores da rede e produtores rurais é um dos objetivos do projeto Sustentabilidade à mesa, promovido pelo Conselho Nacional do Sesi em parceria com a Associação Brasileira da Indústria de Hotéis (ABIH) e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). De acordo com Jair Meneguelli, presidente do Conselho Nacional do Sesi, serão oferecidos a esse público cursos do programa de educação alimentar Cozinha Brasil, que mostrarão aos hoteleiros que é possível incluir em seus cardápios pratos saborosos e com alto valor nutricional a um baixo custo.

A obesidade e o excesso de peso têm aumentado rapidamente nos últimos anos em todo o Brasil. Como o projeto pode contribuir para a melhoria desse quadro?

Estudos realizados pelo Ministério da Saúde indicam que quase metade da população brasileira está com sobrepeso e que uma a cada três crianças no Brasil já está no caminho da obesidade. Portanto, é necessário que o país passe urgentemente por um processo de reeducação alimentar. O Programa Cozinha Brasil, que está capacitando os chefes de cozinha, auxiliares e nutricionistas dentro do projeto Sustentabilidade à Mesa, ensina que é possível se alimentar bem e elaborando receitas saborosas com alto valor nutricional.

Porque envolver o setor hoteleiro no projeto? Restaurantes, bares são bem-vindos nessa iniciativa?

É preciso envolver o *trade* como um todo, incluindo bares e restaurantes, pois além de reunir ambientes propícios à promoção de hábitos alimentares mais saudáveis, representam também espaços importantes para o enfrentamento da exploração sexual infantojuvenil. Precisamos sensibilizar os empresários do setor de hospedagem de todo o país para a importância da inclusão social de jovens em situação de vulnerabilidade, pois a agressão aos direitos da criança e do adolescente, infelizmente, está em todos os cantos do Brasil. Os donos de restaurantes e bares podem nos ajudar de diversas formas, pois são atores importantes nesse processo de enfrentamento.

O Conselho Nacional está aproveitando o projeto Sustentabilidade à Mesa para abordar o tema da exploração sexual infantojuvenil e para buscar apoio para a inserção profissional dos formandos do ViraVida. Como esses alunos podem contribuir para o desenvolvimento do setor de serviços em nosso país?

É preciso lembrar que a qualificação profissional dos alunos do ViraVida é realizada pelo Senai e pelo Senac, que são as mais conceituadas instituições de aprendizagem profissional do país. Também vale destacar que os cursos são bastante completos, promovem o desenvolvimento de várias habilidades e que, após receber a formação e a qualificação oferecida pelo Sistema S, o aluno do ViraVida com certeza estará apto para agregar valor aos serviços de qualquer empresa do setor. Eles são preparados para várias possibilidades de trabalho.

Como o Conselho espera que os estabelecimentos que recebem os turistas estejam a partir de 2014, quando começam a acontecer os grandes eventos esportivos?

Desejamos que eles estejam preparados para oferecer uma alimentação mais saudável e de baixo custo aos nossos turistas e que adquiram os produtos da agricultura familiar utilizando a Rede Brasil Rural, isto é, a plataforma de dados do MDA, que reúne cotação de preço dos produtos agrícolas. Ainda no campo da sustentabilidade humana, estamos articulando parcerias em âmbito nacional e internacional com governos, instituições do terceiro setor, sindicatos, *trade* de turismo e outros apoiadores para que possamos juntos realizar uma campanha de conscientização e de enfrentamento à exploração sexual infantojuvenil, para que esse tipo de crime não atinja nossos jovens durante os grandes eventos esportivos.



Divulgação Sesi

BELÉM CIDADE LUZ DA AMAZÔNIA

Com atrações para todos os públicos, o projeto Belém Cidade Luz da Amazônia inaugurou a iluminação especial da praça Batista Campos no dia 11 outubro. Ao longo de 18 dias, 2.015 artistas se apresentaram gratuitamente no espaço que é voltado para a divulgação artística paraense e que faz parte do calendário cultural da cidade. Mais de 19 mil pessoas prestigiaram a programação que teve atrações variadas, como grupos de dança, música e teatro. Nesta etapa, o projeto se expande para toda a cidade, com a iluminação de casas, edifícios e espaços públicos. As apresentações voltam em dezembro e segue até o dia do aniversário de Belém, dia 12 de janeiro, sempre das 19h às 22h. Participe!



Fotos: Adriana Ferreira e Valéria Barros



REFLORESTAMENTO

Depois de ultrapassar a meta em 2012, o Programa de Reflorestamento da Imerys, empresa que atua no segmento de papéis, já estabeleceu os novos desafios para o ano que vem. A meta é produzir de 30 mil a 50 mil mudas de espécies nativas e frutíferas atrativas à fauna silvestre para uma área de 28 hectares nas duas minas da empresa em Ipixuna do Pará. Para atingir esse objetivo, a Imerys possui um projeto de geração de renda no qual participam as famílias da área rural. Elas são responsáveis pela produção e fornecimento de mudas, sob a coordenação do engenheiro florestal da empresa.



Arquivo Imerys



Tasso Sarraf

A EXPANSÃO SUSTENTÁVEL DA INDÚSTRIA MINERAL

JOSÉ FERNANDO COURA
DIRETOR PRESIDENTE DO INSTITUTO BRASILEIRO DE MINERAÇÃO (IBRAM)

A indústria da mineração destaca-se entre os setores econômicos que estão em franca expansão na Amazônia, em especial no Pará, estado que figura entre os maiores produtores de minério do Brasil. A produção paraense ultrapassa vinte tipos de minérios com ótima qualidade, caso do minério de ferro que é o carro-chefe das exportações brasileiras e está entre os que registram os maiores volumes de produção. Outros destaques são bauxita, água mineral, manganês, ouro e cobre. A expansão da indústria mineral é apontada como opção sustentável para o desenvolvimento paraense e também de toda a região amazônica. A indústria da mineração articula-se com vários atores que contribuem em conjunto para a promoção socioeconômica da população com plenas condições de preservação ambiental.

Estas são características da mineração moderna neste país e no mundo. Em áreas isoladas, por exemplo, o projeto mineral é mais do que um ponto central de irradiação de renda para toda uma sociedade local e regional, é estimuladora de negócios no varejo, nos serviços, na agroindústria e na infraestrutura. E com o crescimento de todos esses setores, aumenta-se a arrecadação de tributos e de outros encargos, sendo possível planejar o desenvolvimento dos municípios, do Estado e da União, desde que as políticas públicas garantam condições para a indústria mineral existir, prosperar e competir.

Os minérios da Amazônia e das demais regiões do país, convém lembrar, pertencem à União, ou seja, a toda a sociedade brasileira. Tais minérios são transformados em riquezas somente após a ação decisiva e sustentável das mineradoras. Com o pleno abastecimento do mercado interno e a venda dos excedentes ao exterior, o setor mineral promove o desenvolvimento local, regional e nacional. Ou seja: o setor mineral transforma matérias-primas inertes no subsolo em bens de alto valor, com o emprego de muita tecnologia, logística, conhecimento e gestão para atingir mercados em várias partes do planeta, ou seja: valor agregado.

O Pará há muitos anos percebeu as vantagens de contar com a mineração empresarial sustentável. Isso é reconhecido, por exemplo, pelo setor produtivo representado pela Fiepa, que apoia efetivamente a expan-

são da mineração sustentável. E isso está ocorrendo. O setor mineral é o que mais gera empregos no Pará: 113 mil novas vagas devem ser criadas até 2016.

O Dieese revela que a mineração foi responsável pelo crescimento de 11% no número de empregos formais nos últimos sete meses, o que garantiu ao Pará a liderança regional na geração de novos postos de trabalho. Mesmo com a crise internacional, a produção de minérios do Pará cresceu, em dólar, de US\$ 8,3 bilhões em 2007 para US\$ 20,7 bilhões em 2011, elevando-se em 12% de 2010 para 2011. A mineração responde por 92% das exportações do Pará e os investimentos da cadeia mineral, também neste estado, vão alcançar cifras de US\$ 41 bilhões nesses próximos quatro anos. Outros estados da região Norte também precisam abrir os olhos para a oportunidade que a mineração pode proporcionar.

Para isso, é preciso por fim aos preconceitos que inibem a expansão da mineração empresarial por meio do intenso diálogo e pelo combate à desinformação com argumentos embasados em fatos. Eventos como a Exposibram Amazônia 2012, realizada pelo Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM), servem também para esclarecer tópicos importantes relacionados à mineração brasileira e internacional. Um tema considerado controverso no Brasil é a mineração em terras indígenas, que foi debatido por especialistas nacionais e internacionais na Exposibram. Emblemática, por exemplo, a experiência de grande êxito de países como o Canadá, que implantou uma política exemplar de mineração em terras indígenas, aliando os interesses de todas as partes envolvidas. Uma lição a ser seguida pelo Brasil e por outras nações.

É isso o que o IBRAM defende: que a mineração seja debatida abertamente pela sociedade, sem paixões, sem preconceitos e sim, com base em fatos e perspectivas – e sempre sob a ótica da sustentabilidade. As novas gerações de brasileiros certamente terão muito a louvar este esforço.



Ilustração: Vilsom Vicente

INOVAÇÃO: CRUCIAL PARA A COMPETITIVIDADE

A crise financeira mundial, que ainda deve perdurar por um bom tempo, faz com que a indústria nacional precise se reinventar, buscando meios para aumentar sua competitividade no mercado e superar os números negativos registrados nos últimos anos. De acordo com Robson Braga, presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), os dados sobre a participação da indústria no PIB do país são realmente preocupantes. Nesta entrevista exclusiva à **Pará Industrial**, o presidente da CNI, Robson Braga de Andrade comenta o cenário atual e aponta alguns caminhos e oportunidades.

A crise mundial apresenta muitos efeitos nocivos à indústria brasileira. No entanto, a sabedoria chinesa (que apresenta dois sentidos para a palavra “perigo” e “oportunidade”) mostra que, nestes momentos, podemos buscar soluções que indiquem as oportunidades para o crescimento do setor produtivo nacional. A queda dos juros e melhores condições de financiamento são exemplos de boas medidas que vieram com a crise. Como o senhor analisa o atual cenário para a indústria brasileira?

Infelizmente, a crise econômica internacional deve perdurar. Contudo, o cenário para a indústria brasileira, internamente, melhorou neste segundo semestre. A queda nos juros e um câmbio menos perverso, aliados à diminuição gradual dos estoques e a um mercado doméstico forte, ajudarão a reanimar a atividade industrial até dezembro. Ocorre que o setor foi tão castigado pela crise internacional que mesmo a reativação que esperamos não será suficiente para recuperar o semestre perdido. A indústria de transformação caiu 4% no primeiro semestre em comparação aos seis primeiros meses de 2011. Foi uma queda brutal. Por isso, mesmo com alguma reativação, a indústria como um todo deve registrar estagnação em 2012. O setor de transformação deve recuar 1,9%. Esperamos melhorar em 2013, quando a desoneração da folha de pessoal, a redução da tarifa de energia e o novo modelo de investimentos em infraestrutura começarem a surtir efeitos concretos.

A INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO CAIU 4% NO PRIMEIRO SEMESTRE EM COMPARAÇÃO AOS SEIS PRIMEIROS MESES DE 2011. FOI UMA QUEDA BRUTAL. POR ISSO, MESMO COM ALGUMA REATIVAÇÃO, A INDÚSTRIA COMO UM TODO DEVE REGISTRAR ESTAGNAÇÃO EM 2012.”



Fotos: Divulgação CNI

Para ampliar a competitividade da indústria brasileira, o governo anunciou que, já em 2013, reduzirá em até 28% o custo da energia para o setor produtivo. O Pará, apesar de ser um estado gerador de energia, vive em direção contrária ao que foi anunciado pela presidente. A Aneel liberou a concessionária local para aumentar em até 45% o custo de energia ao setor produtivo, inviabilizando muitas indústrias paraenses. Como esse caso envolve diretamente o governo federal, a CNI pretende se posicionar para socorrer o setor produtivo do Pará?

Sem dúvida, a CNI, que existe para defender os interesses da indústria, apoia firmemente as reivindicações da criativa e pujante indústria do Pará. É inoportuno que um reajuste elevado nas tarifas de empresa de energia em recuperação judicial, como é o caso da Celpa, tenha sido autorizado na contramão da decisão do governo federal de reduzir o custo da energia.

Há alguns meses a CNI lançou a campanha pela competitividade da indústria brasileira: “A Indústria tem pressa. O Brasil não pode esperar”. A redução do custo de energia já pode ser considerada uma conquista dessa campanha. Existem outras? Quais?

A redução da tarifa de energia brasileira, uma das mais altas do mundo, é uma antiga reivindicação da CNI. Nossa campanha publicitária pela competitividade, que foi um sucesso, reforçou a proposta. O governo tem tomado medidas corretas pelo aumento da competitividade, que é absolutamente essencial para a indústria brasileira, mas é preciso ir além. É necessário, por exemplo, desonerar os investimentos e modernizar a legislação trabalhista, para mencionar apenas duas providências urgentes. ➔

Apesar de sua importância para o desenvolvimento nacional, a indústria brasileira vem perdendo peso na participação do PIB brasileiro. Esse é o principal sintoma da 'desindustrialização' do país? Quais os riscos dessa curva descendente continuar?

Os dados sobre a participação da indústria no PIB são realmente preocupantes. A indústria de transformação que representava 35,8% do PIB em 1985 desabou para 14,6% no ano passado, uma redução de mais da metade. As exportações do setor caíram de quase 65% do total das vendas externas em 1992 para 36,7% em 2011. O Brasil, que detinha praticamente 8% do produto industrial dos países em desenvolvimento em 2000, viu essa participação recuar para 5,4% em 2009. A 'desindustrialização' pode até ser natural nos países ricos, de elevada renda *per capita* e sofisticação tecnológica, nos quais se sobressai o setor de serviços. No caso do Brasil, entretanto, é um processo precoce, por se tratar de uma nação em desenvolvimento e com muitos problemas econômicos e sociais ainda a resolver. A indústria brasileira, além disso, dá emprego de qualidade e lidera a inovação e o desenvolvimento tecnológico no país. É preciso, portanto, estancar esse processo, atacando os gargalos estruturais que retardam o aumento da competitividade da indústria.

O Pará, por meio de consultoria do Dr. Eliezer Batista, idealizou o projeto Norte Competitivo em busca de melhores condições logísticas para a Região Amazônica. Devido à sua importância para o desenvolvimento do país, o projeto acabou sendo capitaneado pela Ação Pró-Amazônia e contou com o importante apoio da CNI, servindo, inclusive, de embrião para o desenvolvimento de projetos semelhantes em todas as outras regiões. Qual a importância da logística para a indústria brasileira?

O Brasil está atrasado em infraestrutura em comparação a países concorrentes. Investimos apenas 2% do PIB no setor, o que representa um terço do que é aplicado na China e no Chile e metade do investido na Índia. Nossa malha ferroviária é pequena e ultrapassada. O Brasil possui 3,5 quilômetros de ferrovias para cada mil quilômetros quadrados de território, enquanto a China tem nove quilômetros; a Argentina, 13; e os Estados Unidos, 23. Sem falar que só 34% das rodovias administradas pelo setor público estão em estado bom ou ótimo. O Programa de Investimentos em Logística, que estimula a participação da iniciativa privada na área de infraestrutura, veio em boa hora. Esse panorama crítico vai mudar.

A campanha "A indústria tem pressa. O Brasil não pode esperar" lista uma série de 12 fatores para a competitividade. Dentre os quais, a inovação. Em sua visão, de que forma os processos inovadores podem ajudar a indústria nacional?

A inovação é crucial para ampliar a competitividade. Num mercado global de concorrência feroz, cada vez mais estreito com a queda na demanda provocada pela crise econômica internacional, inovar é sobreviver. A CNI lidera com sucesso um movimento importante para estimular a prática da inovação nas empresas, a MEI – Mobilização Empresarial pela Inovação – que reúne dirigentes de empresas de ponta. Mas o governo precisa fazer melhor a sua parte.

A indústria brasileira, em comparação com as demais, ainda investe pouco em inovação? O que está faltando



O BRASIL ESTÁ ATRASADO EM INFRAESTRUTURA EM COMPARAÇÃO A PAÍSES CONCORRENTES. INVESTIMOS APENAS 2% DO PIB NO SETOR, O QUE REPRESENTA UM TERÇO DO QUE É APLICADO NA CHINA E NO CHILE E METADE DO INVESTIDO NA ÍNDIA."

para atingirmos níveis de excelência em inovação?

Infelizmente, ainda estamos longe do ideal também na prática da inovação. A última Pintec, a Pesquisa de Inovação Tecnológica, realizada pelo IBGE, revela uma taxa de inovação na indústria de 38,1% no período 2006/2008. Significa dizer que, de 100,5 mil empresas industriais pesquisadas pelo IBGE, pouco mais de 38 mil eram inovadoras, isto é, executaram produto ou processo novo ou substancialmente aprimorado. Nossa tímida taxa de inovação explica, em parte, a 58ª posição do Brasil numa lista de 141 países do *ranking* de inovação, elaborado todo ano pela escola de negócios francesa Insead em parceria com a Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), vinculada à ONU. O Brasil está à frente da Índia, na 64ª posição, mas atrás da África do Sul, no 54º lugar, e longe do Chile, que ocupa a 39ª colocação. Inovar, portanto, é vital se quisermos ter um Brasil protagonista no mundo.

Então, quais as saídas?

O governo, que tem papel central no estímulo à inovação, como ocorreu nos países de economia avançada, precisa melhorar o marco legal da inovação. A Lei do Bem e a Lei da Inovação são bons instrumentos de estímulo à inovação, mas devem ser aperfeiçoados, permitindo, por exemplo, que os gastos com pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica possam ser abatidos efetivamente e em dobro. Um outro exemplo: o Brasil vem atraindo centros de P&D de empresas globais de ponta como a GE, mas não podemos atuar de forma reativa, mas sim proativa na atração desses centros, por meio do apoio das agências de fomento a investidores e a subsidiárias instaladas no país. Há muito o que fazer também no campo da inovação. É hora de colocar a mão na massa.

Há quase dois anos, quando concedeu sua primeira entrevista à PARÁ INDUSTRIAL, referindo-se ao clima causado pela guerra fiscal entre os estados brasileiros, o senhor citou que "a expectativa da CNI é de que o Brasil faça uma reforma ampla, que corrija as distorções do sistema tributário". De lá para cá, o cenário permanece o mesmo. Inclusive, o STF pode votar o Projeto de Súmula Vinculante nº 69, que dispõe como inconstitucional qualquer isenção relativa ao ICMS concedido sem a aprovação do Confaz. Em sua opinião, o que está faltando para passarmos por uma ampla reforma tributária?

A reforma tributária deveria ser a prioridade zero. Todos sabemos, porém, que os conflitos federativos, como ocorreu na última tentativa de reforma entre 2008 e 2010, inviabilizam as mudanças numa legislação tributária ruim, complexa, de impostos excessivos e elevados, que gera muitos contenciosos. Mas, independentemente dos obstáculos para uma reforma tributária, podem ser adotadas medidas com efeitos semelhantes. Um dos vários exemplos está na adoção da depreciação acelerada integral, no próprio ano de aquisição, de máquinas e equipamentos para efeito de apuração do Imposto de Renda e da CSLL, a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. Outro exemplo é permitir a compensação de saldos credores de tributos federais por débitos da Previdência Social. São algumas das medidas que dariam grande competitividade às empresas sem ter de necessariamente passar por uma desgastante PEC, Proposta de Emenda Constitucional, o instrumento legal para se fazer uma reforma tributária. ↩



SEM DÚVIDA, A CNI, QUE EXISTE PARA DEFENDER OS INTERESSES DA INDÚSTRIA, APOIA FIRMEMENTE AS REIVINDICAÇÕES DA CRIATIVA E PUJANTE INDÚSTRIA DO PARÁ."



Em Paragominas, a fazenda Mapiuara aposta em uma mudança de cultura que alia incremento da produção, preservação ambiental, treinamento e qualificação dos trabalhadores

Pará tem modelo de pecuária sustentável

TRATA-SE DA PRODUÇÃO INTEGRADA ENTRE A PECUÁRIA, AGRICULTURA E SILVICULTURA SEM NECESSIDADE DE DESMATAR NOVAS ÁREAS

As poucas, uma nova paisagem tem sido percebida em terras paraenses quando o assunto é atividade pecuária. O modelo de exploração, que na medida de sua expansão foi acompanhado pela devastação e o estigma do desmatamento ilegal, parece dar lugar a um conjunto de métodos e tecnologias voltados ao desenvolvimento da pecuária sustentável no Pará.

Com 124 milhões de hectares, o Pará tem o 4º maior de rebanho de gado de corte do Brasil. A exemplo do que aconteceu na Amazônia, a atividade pecuarista no estado foi responsável pela colonização e expansão agrícola, mas deixou heranças negativas como as pastagens empobrecidas, que perderam a fertilidade e produtividade, as quais foram abandonadas depois da exploração intensiva.

A produção integrada dentro da mesma área de produtos das atividades pecuária, agricultura e silvicultura, sem precisar desmatar e deixar um rastro de degradação, é o sistema agropecuário apontado pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) como o mais adequado para realidade paraense. Segundo o pesquisador da Embrapa e líder do projeto de sistemas de Integração Lavoura-pecu-

ária-floresta (iLPF) na região Norte, Paulo Campos Christo Fernandes, o sistema integrado aumenta a produtividade sem precisar desmatar e avançar sobre novas terras. “O Pará está inserido nos mercados internacionais, então, para preservar sua posição é preciso mudar o modelo de produção, se adequando aos padrões. É uma questão ambiental mas também de mercado”, defende.

O sistema de iLPF contraria a tradicional produção da região, baseada na exploração de uma atividade de cada vez. Na integração dos três componentes, a ideia é recuperar as áreas já abertas há vários anos por meio da agricultura, desde que não sejam introduzidos em áreas de preservação permanente (APPs), reservas legais ou florestas nativas. “Primeiro se faz a agricultura por cerca de três anos para recuperar o solo. O plantio direto na palha é uma das técnicas preconizadas no sistema. O plantio de grãos é intercalado com o de árvores de importância econômica. Depois de alguns anos ou no intervalo entre os plantios de grãos, a área é usada como pastagens com a fertilidade do solo recuperada, por meio da adubação usada nas culturas agrícolas. Com uma pastagem rica e a sombra das árvores, a produtividade do rebanho melhora. O modelo é bom para o pequeno e médio produtor, sendo uma proposta a prática de sistemas pecuários sustentáveis para a Amazônia”, explica o pesquisador.

A experiência tem dado certo em vários municípios como Castanhal, Paragominas, Santarém e Xinguara. O sistema de iLPF permite a verticalização da cadeia produtiva, contribuindo para que o estado deixe de ser voltado primordialmente para a economia primária. Em Paragominas, o modelo está implantado em cerca de 5 mil hectares dos 60 mil de terras ocupadas com o plantio de grãos.

Lá é predominante, na integração, o cultivo da espécie nativa paricá e do eucalipto que, beneficiados, serve à indústria de produção de MDF e ao polo moveleiro



Paulo Campos, da Embrapa, diz que o Pará precisa mudar seu modelo de produção

da região. Outro segmento da pecuária, que pode ter melhor aproveitamento com o sistema de iLPF é a cadeia produtiva do leite. O estado desponta como a bacia leiteira que mais cresce em todo Brasil, segundo a Embrapa.

“O sistema de iLPF e as Boas Práticas agropecuárias foram boas experiências que já surtiram efeitos positivos em pouco tempo, menos de quatro anos. A atividade pecuária se modernizou desde 2008 agregando tecnologia e melhoramentos, mas sem precisar desmatar”, destaca o secretário municipal de agricultura de Paragominas, Marco Amaral.

O EXEMPLO DE PARAGOMINAS: PECUÁRIA VERDE

Com 33% de áreas abertas e exploradas, o município de Paragominas no sudeste do estado con-

trolou o desmatamento, aumentou a produtividade da pecuária e de grãos sem precisar desmatar e expandir para novas terras. O município, que sofreu a operação Arco de fogo em 2008, foi o primeiro a sair da lista negra do Ministério do Meio Ambiente (MMA) dos que mais desmatavam e a colocar em prática o Programa Município Verde do governo estadual.

Produtores, empresários rurais, poder público e sociedade civil atentaram para a necessidade de aliar produção e sustentabilidade na pecuária adotando várias iniciativas neste sentido. Outro caminho encontrado foi projeto Pecuária Verde, implantado em 2011 com parceria do Fundo Vale e apoio das universidades Esalq – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz e Unesp – Universidade Paulista, além das ONGs The Nature Conservancy (TNC) e Imazon.

O diretor executivo do projeto Pecuária Verde, Mauro Lúcio Cas-



Divulgação

Na fazenda de Mauro Lucio, o modelo sustentável já é executado em 15% da área

tro Costa, explica que a proposta representa uma mudança de cultura por aliar incremento da produção, preservação ambiental, treinamento e qualificação dos trabalhadores. “Não é só lucro, é uma questão de exigência do mercado. Nenhum setor da economia consegue se manter sem mudar para melhor. A tendência agora é a sustentabilidade, então, o Pará tem que dar exemplo, devido a sua riqueza e grandiosidade de reservas”, avalia o produtor rural e presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Paragominas (SPRP).

A fazenda Mapiuara, propriedade de Mauro Lucio, é uma das 13 áreas em que o projeto está sendo implantado no município. Dos 4.356 hectares da fazenda, o modelo sustentável é executado em

15% da área usada para a criação das duas mil cabeças de gado.

O processo de implantação da Pecuária Verde deve ser a longo prazo. Os produtores recebem orientação para conhecerem melhor suas propriedades e mapear a aptidão de cada pedaço de terra. “Aconselhamos que o investimento não seja feito de uma só vez. Pode ser feito aos poucos, começando de 5% a 10% da propriedade”, orienta o presidente do SPRP.

A intensificação da pecuária só foi possível aliando um trabalho de melhor manejo e aproveitamento do solo, desde que respeitadas as APPs e reservas legais. “Hoje, conseguimos ter rentabilidade criando quatro cabeças por hectare, o que rende de 600 a 800 quilos de carne por ano. A média antes era de 0,7 cabe-

ças por hectare, o que gerava de 100 a 120 quilos”, calcula Mauro Lucio.

Outro ponto alavancado com a Pecuária Verde foi a qualificação, capacitação e treinamento dos trabalhadores. “Para melhor usufruir do processo, buscamos melhorar a qualidade do emprego, gerando conhecimento e aprendizagem. Isso se reflete na qualidade do padrão de vida das pessoas”, defende.

PARCERIAS PARA LIDAR COM O NOVO DESAFIO

Para o presidente da Federação da Agricultura do Estado do Pará (Faepa), Carlos Fernandes Xavier, o Pará está na vanguarda. Foi o primeiro e o único a apresentar proposta de agronegócio verde. A entidade, que representa 126 sindicatos em 129 municípios paraenses, desenvolve o Projeto Preservar em parceria do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) e com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae).

A iniciativa, implantada em 2008, permitiu a transferência de 11 milhões de hectares de pastagens para a agricultura e silvicultura. Dentre as metas do “Preservar” estão o desmatamento zero e a produção somente nas áreas abertas, que representam 24%, preservando os outros 76%. “O boi, que representa a atividade econômica, que serviu para a colonização da Amazônia e do Pará, cumpriu o seu papel. Depois dele, é a hora da agri-

cultura e da silvicultura com agregação de tecnologia”, assegura Xavier.

O presidente defende que, para o produto paraense chegar aos mercados externos mostrando que é legal e tem sustentabilidade, é preciso permitir a capacidade empresarial, ter um governo municipal comprometido e uma legislação favorável. “Temos que estar atentos em não engessar nossa economia com uma legislação absurda e sem condições de cumprir. No Mato Grosso, por exemplo, tem um legislação que beneficia quem tem ganho ambiental e nós ainda não temos esse tipo de legislação”, observa.

“É importante para que o modelo de Paragominas dê certo e se expanda em pelo estado, que todas as prefeituras, entidades, produtores e os pesquisadores falem o mesmo idioma, discutindo as necessidades, as dificuldades.” A preocupação de Marcos Amaral, secretário de agricultura do município onde as práticas sustentáveis de pecuárias mais dão certo, reflete o objetivo comum das várias iniciativas: o de ser um modelo para as demais fazendas do Pará.

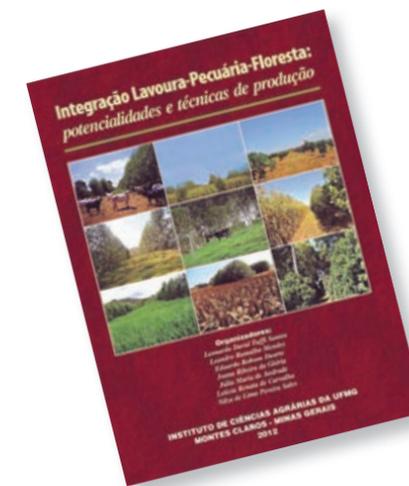
As iniciativas mostram que há uma tendência e disposição para tornar o estado um modelo quando o assunto é prática sustentável na pecuária. Por parte do governo estadual houve uma grande articulação para que o Pará fosse o primeiro a aderir ao Programa de Agricultura de Baixo Carbono (Programa ABC), do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) e montar o Comitê

Estadual do programa, que é coordenado pela Secretaria de Estado de Agricultura (Sagri).

O Programa ABC incentiva práticas de redução de emissões de gás carbônico e sistemas produtivos ambientalmente sustentáveis, com investimentos em tecnologias de baixa emissão no processo produtivo, ações de regularização ambiental de propriedades e estímulos à redução do desmatamento e implantação. “Dado ao contexto que exige a preservação e a sustentabilidade, o Pará não se pode mais pensar no aumento de produção sem preservar e com o melhor uso da terra”, admite Hildegardo Nunes, secretário estadual de agricultura.

Para um dos principais produtos da pecuária, a carne, os modelos sustentáveis representam maior adequação à exigência mercadológica, atenta e obediente à legislação ambiental. O presidente do Sindicato da Carne e Derivados do Estado do Pará (Sindicarne), Dalberto Uliana, acredita que os novos processos de produção de carne abrem novos mercados para o produto paraense, mas o consumidor em geral não tem informação das vantagens do “produto verde” e ainda não está disposto a pagar mais caro por ele.

“O produtor tem que estar disposto manter a transformação e a estrutura de investimento. Estamos no caminho certo do futuro. A ideia só precisa se irradiar por todo estado. Assim seremos mais forte e teremos mais liberdade para vender”, avalia Uliana. ◀



A EMBRAPA ACABA DE LANÇAR O SEU PRIMEIRO LIVRO INTERATIVO DIGITAL DESCRVENDO A EXPERIÊNCIA DE ADOÇÃO DA TECNOLOGIA EM PARAGOMINAS. A PUBLICAÇÃO ESTÁ DISPÓNÍVEL NA INTERNET NO ENDEREÇO ILPF.4SHARED.COM. O USUÁRIO PRECISA INTRODUIR UMA SENHA QUE PODE SER A DÕ FACEBOOK, TWITTER OU GMAIL E FAZER O DOWNLOAD DA PUBLICAÇÃO GRATUITAMENTE.





➤ Após o trabalho com o reposicionamento de sua marca, a Granado teve um crescimento de 20% ao ano e dobrou o faturamento em 4 anos

Divulgação Granado

43 BI

SÓ EM 2011, A INDÚSTRIA DE COSMÉTICOS SOMOU US\$ 43 BILHÕES DE DÓLARES EM VENDAS.

20%

PERCENTUAL MÉDIO GASTO PELAS BRASILEIRAS SÓ COM PRODUTOS LIGADOS À BELEZA, ISSO SEM CONTAR OS PROCEDIMENTOS NOS SALÕES DE CABELEIREIROS E CLÍNICAS DE ESTÉTICA, SETOR QUE CRESCEU 44% NOS ÚLTIMOS SEIS ANOS.

Mercado da beleza não conhece crise

A PROCURA POR COSMÉTICOS E SERVIÇOS DE BELEZA SÓ CRESCE E SETOR VIRA FOCO DE QUEM BUSCA OPORTUNIDADES

A estabilidade econômica que o Brasil vem apresentando há mais de 15 anos, a melhoria nos níveis de emprego e a garantia de salário fixo têm contribuído para que mais brasileiros dediquem tempo e dinheiro em áreas que antes ficavam em segundo plano, como a vaidade. A prova de que o mercado de beleza só cresce no Brasil é que o país está entre os três primeiros colocados entre os que mais faturam com a área de cosméticos, ficando atrás somente dos Estados Unidos e do Japão. Só em 2011, a

indústria de cosmético somou 43 bilhões de dólares em vendas.

Uma pesquisa da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo afirma que as brasileiras gastam em média 20% do salário só com produtos ligados à beleza, isso sem contar os procedimentos nos salões de cabeleiros e clínicas de estética, setor que cresceu 44% nos últimos seis anos. Ou seja, mercado não falta e quem quer uma vaga de emprego deve se apressar e buscar qualificação.

Em Belém, uma estimativa atual

do Sindicato dos Salões de Barbeiros, Cabeleiros e Institutos de Beleza e Similares indica que mais de 8 mil pessoas trabalham em salões de cabeleiros e centros de beleza. E a busca pela profissionalização não para. No Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac) a procura pelo curso de cabeleiros é sempre alta. O curso é oferecido há 39 anos e, só na capital paraense, já formou 1.600 profissionais que saíram da sala de aula direto para grandes salões ou até para abrir empresas próprias. “O curso de cabeleiro tem sido bastante procura- ➤

rado, tanto que pela demanda expressiva utilizamos um processo seletivo para ingresso dos alunos. Podemos afirmar que é uma ocupação bastante rentável e o valor inicial de salário pode chegar em até 4 salários mínimos, dependendo da localização do salão”, detalha Wane Luna, diretora de Educação Profissional do Senac.

Mas e quem não tem experiência ou está em busca de uma nova profissão, vale investir na capacitação? “Podemos afirmar com bastante segurança que devido a procura em nossas unidades de ensino, a tendência é de mercado de trabalho bastante favorável e promissor, principalmente porque os tratamentos de beleza são fundamentais para a autoestima e para cuidar do cartão de visita de qualquer pessoa”, opina a diretora.

EXPANSÃO DAS VENDAS

O setor de beleza e cosméticos tem apresentado tantos bons resultados que as indústrias investem pesado na renovação objetivando a expansão das vendas. A tradicional Granada, que se denomina a mais antiga botica do Brasil, fundada em 1870, vem renovando sua marca e seus produtos, sem abandonar o estilo retrô que lhe é característico. “Essa renovação começou em 2004/ 2005 quando a Granada comprou a Phebo, que é bastante conhecida no Pará. A partir daí analisamos para ver o que as duas empresas tinham em comum e chegamos a conclusão que são duas marcas queridas por gerações de brasileiros e que iríamos mostrar essa tradição, mas sem parecer uma coisa antiga”, detalha a diretora de marketing da Granada, Sissi Freeman.

E como repaginar um produto é mais difícil que criar um novo, o desafio da empresa foi reforçar sua



Jonas é um dos jovens atendidos pelo ViraVida e que agora colhe os frutos da oportunidade

marca, mas com um novo visual. Produtos tradicionais como os sabonetes em barra e o talco Polvilho Antisséptico, principal ícone da Granada e que continua sendo um dos itens mais vendidos, ganharam novas cores e embalagens.

Todo esse reposicionamento de marca rendeu bons frutos – com um crescimento de 20% ao ano, a empresa dobrou o faturamento em 4 anos. E quem pensa que a empresa está satisfeita, se engana – já no mês de dezembro a empresa lança uma novidade no mercado. “Por meio da Phebo, que historicamente é ligada à área da moda, vamos lançar uma linha de maquiagem. Além disso, queremos continuar ampliando as nossas lojas-conceitos. Já chegamos ao nordeste, em Recife e em Salvador e agora queremos ir para Belém”, adianta Sissi.

Se as empresas com atuação nacio-

FORMAÇÃO PROFISSIONAL DOS JOVENS

nal, como a Granada, O Boticário e a Natura renovam suas marcas de olho nas oportunidades de negócio, as internacionais não ficam alheias a esse movimento. A Wella, marca internacional de cosméticos fundada em 1880 pelo alemão Franz Ströher, trouxe para o Brasil uma ação profissionalizante voltada para jovens carentes e, claro, conhecer mais sobre o mercado de vendas no país.

O curso realizado em Belém foi exclusivo para alunos do projeto ViraVida e durante as aulas realizadas por meio de uma parceria entre o Conselho Nacional do Sesi, o Unicef, a Wella e o Senac, 11 jovens aprenderam técnicas de corte, colo-



Grupo de jovens do projeto ViraVida junto aos profissionais da Wella, que ministraram curso voltado para o mercado da beleza

ração e penteados, utilizando toda a linha de produtos Wella.

Para a Wella, chegar ao Brasil e ao Pará teve a missão social de contribuir com a melhoria de vida dos jovens que participaram do curso, mas também de conseguir mais espaço no mercado nacional e local. “O Brasil é um país importante na economia mundial, que tem apresentado um desempenho significativo mesmo em períodos de crise. Países com a economia equilibrada estão na área de interesse da Wella, então, vir ao Brasil e ao Pará faz parte da estratégia da empresa”, disse Mehdi Shili, coordenador global da Wella, que esteve em Belém junto com os cabeleiros que ministraram o curso.

Entre os alunos que apostam na área da beleza para dar uma guinada na própria vida, Jonas Walendorff é um dos mais animados. Integrante do ViraVida desde 2011, o jovem já havia concluído diversos cursos na área de Hospitalidade e Turismo, como *bartender* e atendente de lanchonete, mas pretende se dedicar mesmo à carreira

de cabeleireiro. “Eu já gostava de trabalhar com cabelo. Ia mexendo e aprendendo sozinho, mas claro que com esse curso as coisas devem melhorar. Estou agora em busca de um local para colocar tudo que aprendi em prática”, comemora o jovem.

Os alunos que concluíram o curso receberam um certificado internacional que atesta a formação deles nas técnicas e produtos da Wella. “Os jovens foram formados em técnicas da Wella, então, o salão que trabalhar com a marca pode contratar esse profissional. Outro grande diferencial é que o curso conta com 80 horas de treinamento com certificado internacional. Nenhum cabeleireiro no Brasil tem isso, e eles têm”, detalhou Joana Silva, coordenadora de Educação Social da Wella.

A dedicação de Jonas é tanta que ele participou como visitante da 7ª edição da Olimpíada do Conhecimento, em São Paulo, considerado o maior torneio de educação profissional das Américas.

Em 2012, Jonas conheceu o

evento e soube como se destacar nas Olimpíadas de 2013. “Fui convidado pelo Senac e, durante o ano de 2013, vou permanecer na instituição e fazer todos os cursos possíveis pra aprender ainda mais”, garante Jonas, que não esconde a ansiedade com o futuro. “Meu objetivo é abrir meu próprio salão, mas antes disso preciso ganhar experiência e essa oportunidade na Olimpíada do Conhecimento vai ser muito importante”, diz Jonas.

Para quem acompanha a trajetória de Jonas e dos demais jovens do ViraVida, o trabalho na área da beleza é ainda um resgate da sua própria autoestima. “Todo esse aprendizado se une ao resgate da própria autoestima desses jovens, que passam por situações tão vulneráveis e expostas a diversos riscos sociais. O intercâmbio com profissionais internacionais e a capacitação favorece bastante a carreira desses jovens e ficamos muito felizes com essa oportunidade de mudança de vida e busca por um novo destino”, conclui Denise Diniz, coordenadora do ViraVida no Pará. ➔

DIREITOS E DEVERES

COMPRAS GOVERNAMENTAIS: ESTÍMULO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

Dentre os vários desafios que são interpostos às Micro e Pequenas Empresas (MPEs), desde a abertura do empreendimento até o seu futuro sucesso – e consequente longevidade –, pode-se citar a dificuldade de acesso às linhas de crédito. A burocracia e as várias exigências para se obter este crédito, às vezes, são grandes obstáculos para as incipientes corporações. Muitas, mesmo com a obtenção de financiamentos, morrem ainda no primeiro ano de atividades, já que não conseguem uma saúde financeira em pouco tempo, devido a fatores como a concorrência com empresas que possuem mais tempo de atuação no mercado.

Diante deste panorama, uma das alternativas viáveis é que as MPEs tenham acesso ao que se denomina de compras governamentais, realizadas por escolas, hospitais e todas as instituições vinculadas à administração pública. De acordo com o Capítulo V da Lei Complementar Federal 123/2006, no Brasil, os governos devem realizar parte das suas compras em empreendimentos deste segmento, ou seja, aquisições de bens, serviços e execução de obras. Neste sentido, as micro e pequenas empresas recebem tratamento diferenciado nos processos de licitações públicas.

Dentre as prerrogativas direcionadas às MPEs, a legislação garante a preferência de contratação. Segundo esta regra, nos processos de licitação será garantida como critério de desempate, a preferência de contratação dos servi-

ços das micro e pequenas empresas. Outra disposição da Lei Complementar assegura a realização de licitações exclusivas, modalidade de processo em que os editais são abertos e destinados, exclusivamente, para a participação de micro e pequenos empreendedores, quando se tratam de contratações de serviços com valores que sejam de até R\$ 80 mil. Dentre as normas a serem cumpridas pelas MPEs, encontra-se a necessidade de comprovação de regularidade fiscal, quando as corporações têm até dois dias – prorrogáveis por igual período – para regularizar alguma restrição em relação à documentação.

Uma das empresas de pequeno porte, localizadas em Belém, é a Amazon Dreams Indústria e Comércio S.A. Incubado na UFPA, por meio da Agência de Inovação Tecnológica da UFPA (Universitec), o empreendimento desenvolve, no ramo da tecnologia fina, produtos naturais capazes de purificar, fragmentar e padronizar lotes de compostos ricos em antioxidantes extraídos de frutas e folhas da Floresta Amazônica.

De acordo com o diretor de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação da

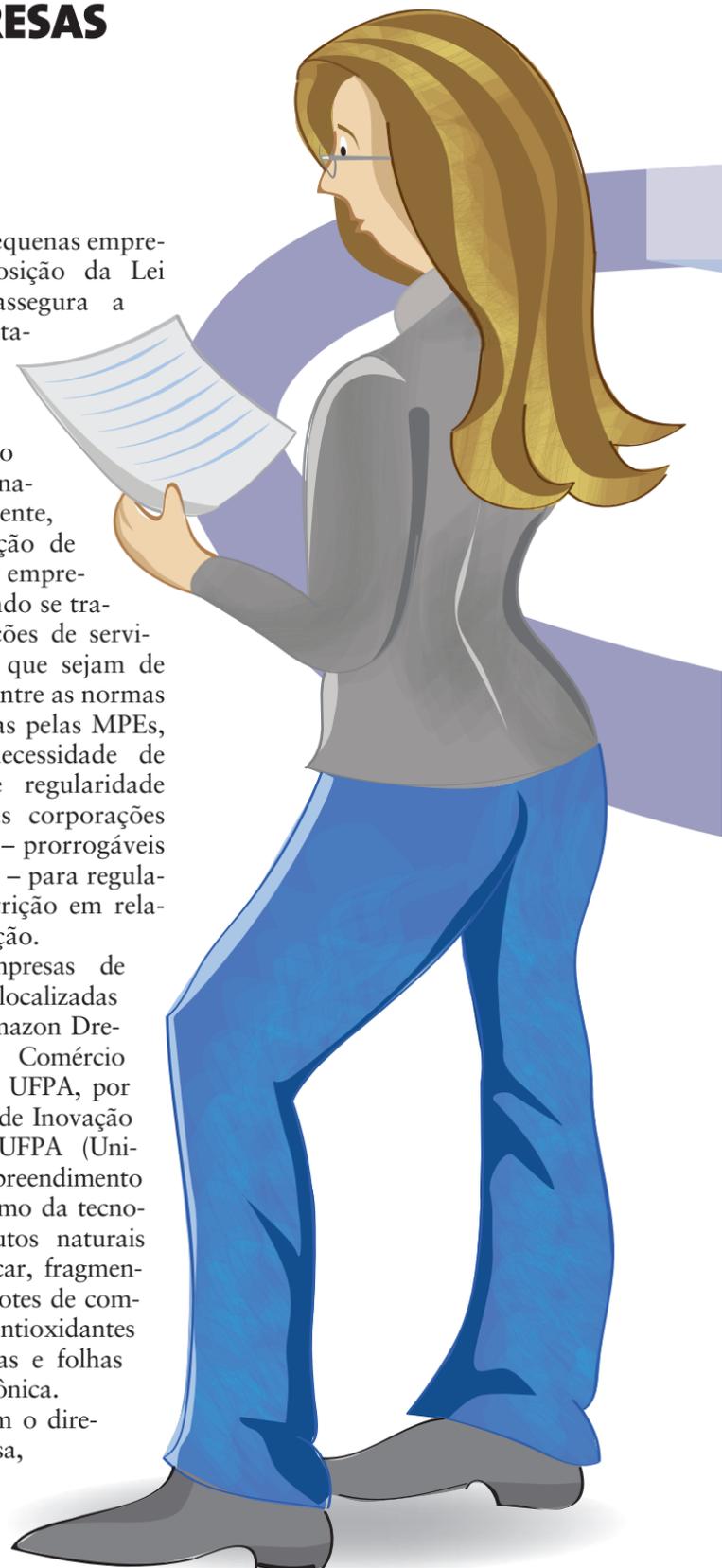


Ilustração: Marco Euclides

Amazon Dreams, Fábio Moura, “as compras governamentais são uma boa oportunidade para as pequenas empresas alavancarem os negócios. Como o mercado está cada vez mais dinâmico e competitivo, precisa-se sempre que possível de apoio para o desenvolvimento dos negócios”, destaca.

O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) do Pará atua com ações de políticas públicas em várias cidades, como Belém, Marabá, Santarém, Paragominas, Redenção e Altamira. De acordo com o superintendente do Sebrae Pará, Vilson Schuber, estas ações acontecem “por meio de palestras sobre a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, oficinas de desburocratização, seminários, reuniões com gestores públicos, prefeitos e empresários e cursos sobre compras governamentais para os gestores públicos, que são os compradores, e para os empresários, os fornecedores”, destaca Vilson Schuber.

VOLUME DE COMPRAS

Segundo dados apresentados por Vilson Schuber, no Pará o volume de compras do Governo do Estado junto às MPEs até outubro de 2012 contabilizou 38,19% do total. Os números seguem um crescimento nos últimos anos, pois em 2011 as MPEs foram responsáveis por 35,35% das compras governamentais e, em 2010, por 35,11% do total.

Sobre a participação das MPEs no mercado, Schuber destaca que “as empresas deste segmento respondem por, aproximadamente, 60% dos empregos formais. São 99% dos estabelecimentos do país, os quais são responsáveis por 20% do PIB. Nas economias desenvolvidas, a participação das MPEs é em média de 50% do PIB e próximo a 30% das compras governamentais”, revela.

Um dos grandes desafios das micro e pequenas empresas é conseguirem manter-se diante da concor-

rência de outros empreendimentos e, assim, não entrar para a lista de empresas que morrem logo no primeiro ano de atividades. “Sendo o setor governamental um dos maiores compradores da sociedade, ao serem praticadas as regras, já previstas na legislação em vigor, as empresas de pequeno porte, ao se qualificarem, terão neste ramo uma grande possibilidade de sobrevivência”, considera José do Egypto, assessor econômico do Sistema Fiepa.

Além desta questão de sobrevivência das MPEs, diante das dinâmicas do mercado, José do Egypto destaca que especificamente os Estados e municípios por meio das compras governamentais passam a ter mais possibilidades de desenvolvimento da economia local. “Isto pode ser obtido com a substituição de fornecimentos de outras regiões, ampliação da renda interna e geração de emprego no próprio estado ou município, além do aumento da arrecadação fiscal”, exemplifica. ❏

Com informação, fica mais fácil empreender

CAMPANHA DE REGULARIZAÇÃO EMPRESARIAL AJUDA EMPRESÁRIOS A TEREM ACESSO ÀS INFORMAÇÕES ESTRATÉGICAS E ÓRGÃOS REGULAMENTADORES



Luiz Pinto, coordenador-geral da Redes, durante apresentação da entidade em Altamira

A empresária Teresa Tossi de Menezes chegou cedo à sede da Associação Comercial Industrial e Agropastoril de Altamira no dia 28 de outubro para conhecer mais sobre as oportunidades de negócios para a região. Ela recebeu explicações sobre renovação de cadastro com o Sebrae, conheceu mais sobre a Jucepa e tirou dúvidas em relação ao fornecimento de serviços de informática, setor onde atua, para o Consórcio Construtor Belo Monte.

Assim como Teresa, cerca de 50 empresários participaram da Ação de Regularização Empresarial promovida pela Rede de Desenvolvimento de Fornecedores do Pará (Redes). “Às vezes, alguns empresários reclamam que não têm oportunidades. Eu posso não alcançar meu objetivo de imediato, mas estou aqui tirando minhas dúvidas, monitorando minha empresa e vendo onde posso me inserir”, comentou Teresa, proprietária da New Rock.

A Ação Empresarial está entre as estratégias da Redes para orientar sobre melhores práticas nas áreas de legalização, finanças e contabilidade além de nortear os empresários sobre as oportunidades em regiões de grandes empreendimentos no Estado. “A iniciativa da Fiepa fornece todo o aparato técnico e institucional para apoiar o desenvolvimento das regiões. É uma oportunidade única para que a sociedade e classe empresarial entendam o que está acontecendo nesses municípios em termos de negócios e como eles podem ficar mais próximos e aproveitar de uma forma melhor, se desenvolvendo ainda mais”, sinalizou o coordenador técnico da Redes Norte, Marcel Souza.

Em setembro e outubro, além de Altamira, Juruti e Paragominas também receberam a ação com palestras informativas e de atendimentos individualizados. Os empresários também ficaram mais próximos das áreas de suprimentos da Alcoa, Hydro Paragominas e Norte Energia, indústrias presentes nos municípios.

REDES CHEGA EM ALTAMIRA

Em Altamira, a Ação Empresarial também marcou o lançamento oficial da Redes. As ações para o desenvolvimento das atividades produtivas na cidade e a apresentação da Redes foram feitas pelo coordenador geral Luiz Pinto. “O objetivo do empresário é fazer negócios. Nós não vamos entregar um contrato ou prometer lucro para um empresário, mas vamos aproximá-lo de um ambiente favorável para que isso aconteça. Porém, depende do esforço de cada um de participar das rodadas de negócios, das capacitações e das campanhas a fim de que esteja mais perto dessas oportunidades. A regularização empresarial é o passo número um para participar desse ambiente propício”, sinalizou Luiz, que também apresentou as vantagens de ter um cadastro na Redes para as empresas mantenedoras, apoiadoras, governo, associações e os fornecedores.

Os parceiros para a realização das campanhas foram as associações comerciais, Sebrae, Sefa, Sefin, Jucepa, Conselhos Regionais de Contabilidade dos municípios e sindicatos. ➔

“O objetivo do empresário é fazer negócios. Nós não vamos entregar um contrato ou prometer lucro para um empresário, mas nós vamos aproximá-lo de um ambiente favorável para que isso aconteça. Porém, depende do esforço de cada um de participar das rodadas de negócios, das capacitações, das campanhas promovidas pela Redes a fim de que esteja mais perto dessas oportunidades. A regularização empresarial é o passo número um para participar desse ambiente propício.”

Luiz Pinto, coordenador-geral da Redes

OPORTUNIDADE PARA A INDÚSTRIA MOVELEIRA

PROJETO DA COMISSÃO EUROPEIA INCENTIVA EMPRESAS PRODUTORAS DE MÓVEIS DO PARÁ A EXPORTAREM PARA O MERCADO PERUANO



Fotos: Bruno Carachesti

João Sabino vem investindo na ampliação de sua empresa com o objetivo de atender ao mercado nacional e internacional

Reconhecido internacionalmente como um grande fornecedor de madeira certificada das mais diversas qualidades, o Pará começa agora a atuar em outro importante nicho de mercado. Com o apoio do Centro Internacional de Negócios (CIN), da Fiepa, empresários do segmento moveleiro trabalham com a perspectiva de exportarem não mais a madeira crua, mas sim o *design* paraense imprimido nos móveis *made in* Brasil. “A ação, que também contou com a parceria do Senai-PA, objetiva levar os produtos brasileiros ao mercado internacional, é do projeto Prospect, que faz parte do Programa AI-Invest, financiado pela Comissão Europeia e que tem por objetivo apoiar o fortalecimento e internacionalização das pequenas e médias empresas latino-americanas.

No Brasil, além do Pará, participam do projeto Prospect os Estados de Roraima, Alagoas e o Rio Grande do Sul. Este último é o responsável pela articulação nacional do projeto e, por meio do CIN-Fiergs, pretende exportar os móveis nacionais ao Peru, um mercado em expansão e que tem interesse em absorver os produtos brasileiros. “O mercado peruano ainda está na fase dos móveis construídos

com madeira e serragem aglomerada. Sabe-se que estes têm pouca durabilidade e qualidade. Percebemos que existe um mercado a ser trabalhado e o Brasil pode entrar como fornecedor de móveis com qualidade, *design* arrojado e preços competitivos”, avaliou a assessora técnica em Comércio Exterior do CIN-Fiepa, Cassandra Lobato. A analista visitou o Peru no final do mês de outubro, acompanhada de representantes dos Estados que participam do Prospect e da consultora contratada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), Iva Cardinal.

O grupo visitou a cidade de Lima, onde cumpriu extensa agenda com o objetivo de conhecer *in loco* as peculiaridades do mercado peruano de móveis. “A visita foi bastante esclarecedora. Vimos, por exemplo, que existe uma camada social no Peru que está em plena ascensão. Seria uma classe média e média alta que estão carentes de móveis com *design* e que sejam funcionais. A ideia é que os produtos deem aos consumidores um benefício secundário”, afirmou a consultora.

Segundo Kurt Ziegler, supervisor do CIN, da Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul (Fiergs), o mercado peruano vem apresen- ➔

COMISSÃO EUROPEIA INVESTE EM EMPRESAS BRASILEIRAS

Fortalecer e internacionalizar as pequenas e médias empresas latino-americanas, promovendo o intercâmbio de inovações e conhecimento, além de promover a geração de negócios com empresas europeias. Este é o objetivo do Programa AI-Invest, mantido pela Comissão Europeia e, que no Brasil, conta com o apoio da CNI. Já em seu quarto ano, o programa atua em países do Mercosul, Chile e Venezuela. O segmento de polpas e sucos de fruta também foi um dos beneficiados pelo AI-Invest, permitindo que empresas ligadas ao segmento da fruticultura paraense, iniciassem ou consolidassem uma cultura exportadora com o mercado europeu.



Neudo Tavares acredita que o custo mais alto do setor é a falta de entendimento com a Sema no que diz respeito à legislação

tando excelente desempenho econômico, o que vem alavancando a aquisição de bens de consumo pela população local. “Pelo que se identificou a partir dos dados levantados na viagem de prospecção, existe um mercado a ser explorado pelos móveis brasileiros no mercado peruano. O poder aquisitivo da população daquele país tem crescido constantemente nos últimos anos. O PIB do Peru, nos últimos cinco anos, cresceu a uma taxa próxima de 5% em cada ano. Por conta destes fatores, a economia interna ficou mais aquecida, o que vem possibilitando maiores condições de aquisição de

bens duráveis”, analisou.

A ascensão econômica por qual passa o mercado peruano mudou o estilo de vida da população local. “Durante a viagem de prospecção tivemos oportunidade de conversar com importadores, entidades de classe, produtores e distribuidores. Grande parte desses agentes de mercado percebe a nova realidade da economia peruana. Muitos deles comentaram que os peruanos compravam móveis de 20 em 20 anos e que, na última década, esta situação se alterou para aquisições de novos móveis a cada 5 anos”, comentou Ziegler.

DE OLHO NAS OPORTUNIDADES

As empresas paraenses RC Móveis, Ideia Móveis e Sabino Móveis participaram do projeto Prospect e vêm se preparando para futuramente explorarem o mercado internacional. Interessada em investir no mercado peruano, a Sabino Móveis está passando por uma revolução no seu processo produtivo para aumentar a capacidade instalada da fábrica. Atuando desde 1987, a empresa tradicional de Paragomi-

nas – município paraense, distante cerca de 300 quilômetros da capital – reformulou todo o seu parque industrial, focando no aumento de sua produção que deverá atender o mercado interno e o mercado internacional. “Há pouco tempo, mudamos a lógica produtiva da empresa. Até pouco tempo éramos uma marcenaria e desenvolvíamos projetos sobre encomenda, fazíamos móveis sob medida. A nossa fábrica de móveis foi instalada recentemente no Polo Moveleiro de Paragominas. Agora passamos a desenvolver 5.200 itens diferentes, formando um catálogo de produtos mais modernos, com *design* próprio e com melhor qualidade”, ressaltou o empresário João Sabino.

A Sabino Móveis é uma das 60 empresas moveleiras que já se instalaram no Arranjo Produtivo Local de Madeira e Móveis de Paragominas. O Polo Moveleiro, implantado em 2001, por meio de parceria entre o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Governo do Estado do Pará, Prefeitura Municipal de Paragominas, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e Agência Fomentadora de Negócios da Câmara de Comércio de Milão – Promos.

O Polo Moveleiro foi instalado em Paragominas com a finalidade de desenvolver a indústria moveleira da região nordeste do estado, que apresenta forte potencial para produzir artigos em madeira. Os resultados do polo são animadores. Nos primeiros anos, o volume de vendas de produtos em madeira ecologicamente correta e móveis sustentáveis cresceu em 35%. De acordo com dados do Sebrae, o faturamento das empresas também aumentou em 40% e o número de empregados contratados subiu para 20% a mais em comparação ao ano

de instalação do Polo.

O espaço instalado em Paragominas reserva espaço para o Parque Industrial Moveleiro, onde já estão abrigadas 10 indústrias de móveis. “Ao nos instalarmos no parque industrial de Paragominas dobramos o tamanho de nossa empresa, provocando um importante aumento na produtividade. Nossa capacidade produtiva cresceu de 7 a 10 vezes. Estamos nos preparando para atuar mais fortemente no mercado interno, que anda bastante aquecido, no entanto, 90% dos móveis e modulados consumidos pela construção civil ainda vem de fora do estado”, criticou o empresário. ➔

PERU É FOCO DO AL-INVEST

Apesar de não ser um país localizado no bloco europeu, neste ano, o programa Al-Invest decidiu qualificar empresas brasileiras do segmento moveleiro para exportarem ao Peru, já que este é um mercado em expansão na comercialização de móveis. Ao contrário dos outros anos, o programa não teve como foco o mercado europeu, dada a crise no continente. Para não paralisar as atividades do Al-Invest, a Comissão Europeia decidiu fomentar a exportação dos móveis *made in Brasil* ao mercado peruano, que se encontra em franca ascensão.



Cassandra Lobato, do CIN; Javier D’Avila Quevedo, do SNI; e Felipe Spaniol, do CNI/COMEX

GARGALOS PARA O EMPRESARIADO

Sobre a afirmação de que as empresas de construção compram móveis e modulados de fora, o presidente do Sindicato da Indústria da Construção do Estado do Pará (Sinduscon), Marcelo Castelo Branco, explica que a compra de móveis planejados para cozinha e banheiro parte de uma decisão do cliente. “As empresas construtoras não têm gerência com relação aos móveis planejados. Isso é uma decisão da pessoa que está comprando o apartamento, por exemplo. Acredito que os móveis paraenses ainda vendem pouco, pois falta uma agressividade maior das empresas locais na oferta de seus produtos. É preciso investir mais em *marketing*. Sinto que o nome de muitas empresas de fora ainda pesa na decisão dos clientes”, avalia o presidente do Sinduscon-Pa.

Em relação à compra de portas e esquadrias para as obras de construção, Marcelo Castelo Branco, explica que o preço dos produtos produzidos em outros Estados ainda são mais competitivos que os comercializados no Pará. “Temos um importante polo moveleiro em Paragominas que poderia ser nosso fornecedor, acontece que o preço ainda é pouco competitivo”, afirmou.

O custo mais alto dos móveis produzidos no Pará, de acordo com Neudo Tavares, presidente do Sindicato da Indústria de Marcenaria do Estado (Sindimóveis), é consequência da falta de entendimento da Secretaria de Estado de Meio Ambiente (Sema). “Não existe legislação na Sema que permita as empresas moveleiras a utilizarem os resíduos das indústrias de piso, deck e laminado. Os resíduos gerados, que na verdade são madeiras curtas, mas de grande qualidade, só podem ser utilizados na geração de energia. Isso quer dizer que, essa

matéria-prima, que poderia fortalecer e dar maior competitividade ao setor moveleiro paraense, ou está sendo desperdiçada ou queimada”, alertou Neudo.

Segundo dados do Sindimóveis, em 2011, mais de 3 milhões de metros cúbicos de resíduo de madeira foram desperdiçados ou seguiram para os fornos das carvoarias no estado. “O segmento moveleiro, além de aumentar a arrecadação no estado, também apresenta melhores resultados sociais. Empregamos mais do que uma carvoaria, por exemplo. Mas, por um desentendimento do governo, estamos engessados e impedidos de crescer nosso parque industrial”, criticou o presidente do Sindimóveis, que relatou que “há cinco anos o setor vem travando essa luta para sensibilizar o governo. As empresas moveleiras precisam desse apoio, pois só assim teremos maior competitividade, ganhando uma maior musculatura e gerando mais riqueza e emprego aqui mesmo no estado”, cobrou.

Outra queixa do setor de móveis em relação à baixa competitividade é por conta da limitação da compra de MDF na única empresa instalada no Pará, que também faz parte do Polo Moveleiro de Paragominas. Empresários moveleiros se queixam de que a indústria de MDF – que recebeu benefícios fiscais do governo para fornecer matéria prima mais barata – só vende em grande quantidade (13 metros cúbicos), o que impede que micro e pequenos empresários possam adquirir o produto. “O Parque Moveleiro da Grande Belém é formado por 1300 empresas. Dessas, 99,9% são micro e pequenas empresas, que ainda trabalham sob encomenda. Essas empresas não trabalham com capital de giro e isto impede que façam grandes compras de matéria-prima”, relatou Neudo. ❏

CAPACITAÇÃO PARA O SETOR

Apesar dos problemas para o fortalecimento e a consolidação do Parque Moveleiro paraense, o presidente das indústrias de marcenaria afirma que o setor vem buscando alternativas que ultrapassem as barreiras impostas pelo governo. “Esta questão da Sema é um grande problema, pois engessa o segmento. Mas, por outro lado, corremos atrás de soluções que nos possibilitem crescer. Essa iniciativa do CIN, de exportar os móveis paraenses pode ser uma saída”, enfatizou.

Algumas empresas associadas ao Sindimóveis já estão fazendo cursos de capacitação em comércio exterior, promovidos pelo CIN-Fiepa. A Sabino Móveis é um exemplo deste interesse das empresas de começarem a atacar o mercado internacional.

“Acredito que, com o diagnóstico apresentado pelo Prospect, uma grande parte dos nossos empresários verá que o Pará tem potencial para exportar móveis. Claro que, para entrar nesse mercado, é preciso ajustar alguns problemas, mas acredito que num período de dois ou três anos nossas empresas já terão capacidade para levar os móveis para fora do Brasil”, avaliou a assessora técnica em Comércio Exterior do CIN-Fiepa, Cassandra Lobato. Na visão da analista, os móveis paraenses têm condições de, em um futuro próximo, se juntarem aos minérios e o açaí, aumentando a visibilidade e consolidando a marca “Pará” no mercado internacional.



INOVAÇÃO: O FUTURO DE UMA INDÚSTRIA FORTE E COMPETITIVA

HUGO TANIMOTO

SUPLENTE DO NÚCLEO PARAENSE DE INOVAÇÃO

Os empresários mantêm o foco em duas questões centrais: sobreviver e crescer, com isso investem em infraestrutura logística, questão tributária e mão de obra qualificada, mas a inovação só entra no plano quando é possível ter uma visão clara do futuro, em outras palavras, quando visualizam retorno financeiro imediato. Infelizmente, esta característica não se restringe apenas ao empresário paraense, mas ao brasileiro em geral.

Interessante notar que o Brasil vem apresentando elevado crescimento nos últimos anos. Segundo o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) o orçamento saltou de 1,26% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2003 para 1,62% em 2010 e com o crescimento real da economia, o montante de aportes atingiu R\$ 60,9 bilhões em 2010. O governo brasileiro também vem investindo em ações para que o empresário inove mais, por exemplo, em 2004 criou a Lei da Inovação que gerou uma verdadeira transformação no ambiente da pesquisa e desenvolvimento, com maior integração da academia e da iniciativa privada. A pergunta incômoda é: “Por que, apesar do avanço nos orçamentos e de uma ampla gama de ações, o empresariado brasileiro em geral não inova?”.

A inovação é um investimento de alto risco e os empresários têm muita dificuldade, ainda, de realizá-lo. Existe uma cultura empresarial que transforma a inovação em um “bicho de sete cabeças”, algo “difícil de conseguir”, alguns até consideram que o investimento em inovação não vale a pena por não trazer retorno financeiro imediato.

Como mudar este cenário? Segundo Paulo Mol, diretor de inovação do Instituto Euvaldo Lodi, vinculado a Confederação Nacional da Indústria (CNI), nós estamos

no caminho certo, mas ainda falta clareza na estratégia, em apresentar formas de inovar e ampliar a competitividade. Está faltando capacitação tanto empresarial como profissional, os empresários precisam de capacitação para ampliar a visão sistêmica do seu negócio e quebrar a barreira contra a inovação, já os profissionais precisam de capacitação porque o maior entrave para o investimento em inovação ainda é a falta de mão de obra qualificada, o Brasil tem capacidade para inovação, tem condições econômicas para

isso, mas ainda carecemos de um número maior de trabalhadores qualificados para atuarem na área de inovação. Segundo o MCTI o percentual de pesquisadores que atuam, em tempo integral, nas empresas brasileiras é de 26% do total da mão de obra especializada, nos EUA o percentual é de 80%, na Alemanha de 57,8% e na China de 61,4%.

Os benefícios que o empresário usufrui com o investimento em inovação são muitos, entre eles: redução de custos, sustentabilidade, produção adequada à demanda do mercado e o ganho de competitividade para concorrer regional, nacional e internacionalmente.

A inovação exige debate e troca de experiências. Os empresários precisam entender que a inovação deve fazer parte de uma estratégia de negócios, estar presente nas ferramentas de gestão. No Pará muito se tem feito nesse sentido. O Sistema Fiepa, por meio do Núcleo Paraense de Inovação (NPIN) do IEL-Pa, incentiva a inovação, principalmente, por programas de capacitação e consultoria voltados para esta área. Entendemos que a indústria paraense pode despontar no cenário nacional e internacional se, juntamente aos elementos competitivos, inserirmos ações de inovação e tecnologia. Este é o futuro de uma indústria forte e competitiva. ❏



Qualificação e melhores condições de vida

DOAÇÃO DE RESIDÊNCIA E CENTROS COMUNITÁRIOS CONSTRUÍDOS PELOS ALUNOS DO SENAI GANHA IMPULSO E SERÁ MANTIDA

Fotos: Lorena Nobre Dourado



Olga Oliveira, 75 anos, ganhou um casa construída por alunos do Senai em Castanhal



Ao lado da casa construída pelo Senai está a antiga residência de Dona Olga. A casa, que em sua estrutura utiliza blocos de barro, foi construída pelo marido da aposentada

Mesmo doente e com dificuldades para se locomover, a aposentada Olga Oliveira, 75 anos, pintou as unhas e arrumou o cabelo para receber, emocionada, a chave da sua nova residência. Famosa em sua comunidade por ajudar os vizinhos com a prática da cura, repassada pela mãe que também foi benzedeira, dona Olga já ajudou muitos moradores da Vila do Apeú, em Castanhal, município paraense distante cerca de 70 km da capital, Belém.

Desde que chegou ao Pará, há mais de 50 anos, devido a limitações financeiras, dona Olga e o marido construíram uma casa de barro, onde a aposentada morou até a segunda quinzena de outubro deste ano. Apesar das condições precárias e o pouco conforto, foi lá que ela criou seus seis filhos. “Eu ajudei meu falecido marido a construir nossa casa. Passamos mais de 50 anos aqui, não tínhamos condições de fazer grandes reformas em sua estrutura. Tinha medo que uma chuva forte ou uma ventania provocasse um acidente. Agradeço a Deus e a todos os envolvidos que fizeram esta boa ação”, declara.

A boa ação que dona Olga se refere foi a construção de uma casa de alvenaria, de 50m², com sala, cozinha, banheiro, dois quartos e uma varanda. A casa também foi

toda adaptada com barras e rampas de segurança para evitar riscos de quedas e melhorar o conforto e locomoção da aposentada.

Mais de sessenta alunos do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), do Sistema Fiepa, contribuíram para o sonho de dona Olga se tornar realidade. Foram eles que trabalharam desde a fundação, acabamento, até a fase de pintura da casa. Em reconhecimento ao trabalho voluntário de cada um dos envolvidos, o Senai fez questão de estampar em uma placa de inauguração, fixada na fachada da casa, o nome de quem participou da boa ação.

Os alunos fizeram parte das sete turmas formadas pela Unidade Móvel de Construção Civil do Senai. As aulas foram realizadas na Vila do Apeú, em Castanhal. A escola itinerante, a primeira do Senai específica para formação de profissionais qualificados no setor da construção civil, oferece capacitação gratuita nos cursos de pedreiro de alvenaria, pedreiro de acabamento, instalador hidráulico, eletricista predial e pintor de obra, com carga horária de 160 a 200 h de aulas teóricas e práticas.

José Adovando, 42 anos, fez o curso de Pedreiro de Acabamento e ajudou na construção da casa de dona Olga. Ele se diz orgulhoso

A DOAÇÃO DA CASA FAZ PARTE DO PROGRAMA SENAI DE RESPONSABILIDADE SOCIAL E CONTOU COM O APOIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTANHAL, NA DOAÇÃO DE PARTE DO MATERIAL DA OBRA. OUTRO IMPORTANTE PARCEIRO DA INICIATIVA CONDUZIDA PELO SENAI FOI O CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO, RESPONSÁVEL PELA SELEÇÃO DOS ALUNOS MAIS CARENTES DA COMUNIDADE E ENCAMINHAMENTO DOS MESMOS AO MERCADO DE TRABALHO.



Bruno Caradesti

Ivan Carvalho diz que todos os alunos do curso de Construção Civil ministrado na Vila do Apeú já estão atuando no mercado de trabalho

por ter feito parte da boa ação. “A dona Olga, antiga benzedeira do Apeú, merecia esse olhar carinhoso. Ela que aliviou dores, ajudado a curar muitas pessoas, sem dúvida alguma, agora está sendo recompensada recebendo um novo lar”.

O aluno do curso de Pedreiro de Acabamento também se diz muito feliz com o certificado profissional. Antes do curso ele estava desempregado, agora, com a experiência adquirida, está construindo dois kitsnets que pretende colocar para alugar. “Quando o Senai chegou não pensei duas vezes. Corri para me inscrever no curso. Aprendi muita coisa. Antes, fazia alguns bicos com meu cunhado, que é pedreiro, mas sem ter formação e conhecimento técnico. Pretendo continuar os estudos e me qualificar cada vez mais”, afirma Adovando.

FORMAÇÃO DE CIDADÃOS

Segundo o diretor regional do Senai, Gerson Peres, os cursos de qualificação profissional ensinam mais do que uma profissão, eles formam cidadãos. “Todos os cursos do Senai, independente da área de formação, têm na sua grade curricular aulas de cidadania, segurança no trabalho e empreendedorismo.”

Segundo Gerson, a doação da casa é um projeto valioso que já tem data para se repetir. “A carteira seguirá para o município de Santa Isabel do Pará, onde formará gratuitamente 180 pessoas, divididas em três etapas. As novas turmas construirão um centro comunitário que será entregue à Associação de Moradores da Comunidade

Jardim Mirai. O espaço será utilizado para o desenvolvimento de atividades sociais, que deverão reunir os moradores daquela comunidade, proporcionando momentos de lazer”, comenta.

Nos últimos anos têm sido ampliado, para todos os setores da sociedade o conceito de responsabilidade social como compromisso na construção de um desenvolvimento econômico, social e ambientalmente sustentável, aliado à forma de condução de atividades.

O Senai por sua vez, vem contribuindo para o fortalecimento da indústria promovendo educação para o trabalho e cidadania. De acordo com a interlocutora de Responsabilidade Socioambiental do Senai, Flora Barbosa, as ações desenvolvidas pela instituição têm uma preocupação social e educativa. “O Senai busca promover ações que auxiliem no processo de desenvolvimento da sociedade, na perspectiva de torná-la mais humana e igualitária”, destacou.

CRESCIMENTO E ALTA DEMANDA

O crescimento do estado, aliado à previsão de investimentos na ordem de R\$ 130 bilhões até o ano de 2016, de acordo com dados do guia Pará Investimentos, da Federação das Indústrias do Estado do Pará (Fiepa), faz com que a necessidade de mão de obra qualificada cresça na mesma proporção.

O município de Castanhal é hoje um dos que mais cresce no estado. Na área de construção civil é a cidade paraense que mais recebeu unidades habitacionais do programa “Minha Casa, Minha Vida”, do Governo Federal. São mais de 4 mil unidades construídas e em cons-

trução no município. Além disso, já são mais de 10 condomínios horizontais e edifícios em construção, além da perspectiva da implantação de um grande Shopping Center.

Manoel Lameira, 49 anos, aluno do curso de Pedreiro de Alvenaria foi beneficiado pelo crescimento e a alta demanda por mão de obra qualificada. Juntamente com dois colegas do curso do Senai, ele conseguiu uma vaga de pedreiro em uma grande construtora do município. Manoel, antigo trabalhador do campo, teve pela primeira vez sua carteira de trabalho assinada. Ele conta que a qualificação foi essencial para entrar no mercado de trabalho. “Se não fosse a minha formação pelo Senai, ainda mais com a minha idade, seria muito difícil conseguir um emprego. Estou muito feliz com essa nova oportunidade e pretendo aproveitar ao máximo para crescer profissionalmente”, comemora Lameira.

Entre as ações de qualificação de mão de obra está a parceria do Senai com o poder público, promovendo diversos cursos profissionalizantes em Castanhal, tanto na unidade regional da entidade quanto em atividades itinerantes. Segundo o prefeito de Castanhal, Hélio Leite, não há como pensar em qualificação sem a presença de parceiros de grande importância.

“O Senai é um importante parceiro para a qualificação da mão de obra e consequente crescimento municipal. Investimos em responsabilidade social e qualificação profissional, pois apostamos na mudança de vida da nossa gente e queremos o melhor para Castanhal”, afirma.

Segundo o coordenador do Programa de Ações Móveis do Senai, Ivan Carvalho, toda a primeira turma da Unidade Móvel de Construção Civil, que atuou na Vila do



Lorena Nobre Dourado

Manoel Lameira investiu na qualificação e conseguiu seu primeiro emprego formal

Apeú, está atuando no mercado de trabalho.

“É muito gratificante ver o excelente resultado do programa. As escolas itinerantes estão levando cursos para as regiões onde o Senai não possui unidade física. Desta forma, está sendo possível aumentar o número de pessoas atendidas pela instituição e, principalmente, formar mão de obra para a indústria”, afirma.

Para aumentar a mobilidade da instituição, o Senai vem investindo maciçamente na aquisição de Unidades Móveis. Além dos 15 Centros de Educação, a entidade também conta com 15 Unidades Móveis, todas destinadas à oferta de cursos profissionalizantes em setores que sofrem com a escassez de mão de obra qualificada.

Capazes de chegar a cente-

nas de comunidades periféricas, nas mais remotas localidades do estado, levando cursos gratuitos de qualificação profissional, as unidades transformam exclusão social e desemprego em cidadania e empreendedorismo. Além de Castanhal, as Unidades Móveis do Senai já atenderam aos municípios de Bujaru, Santo Antônio do Tauá, Vigia, Colares, Tucuruí, Augusto Corrêa, Moju, além de outras localidades do Pará.

Além do setor da construção civil, as escolas itinerantes do Senai atendem também ao setor de confecção industrial, confecção doméstica, mecânica de motocicleta, mecânica de bicicleta, panificação e informática. Em 2013, duas novas Unidades Móveis, de solda e eletromecânica, irão reforçar a qualificação profissional da mão de obra no Pará. ◀

Cursos técnicos são opção para a indústria

SEGUNDO PESQUISA, O ESTADO PRECISA FORMAR 104,4 MIL TRABALHADORES EM NÍVEL TÉCNICO E EM ÁREAS DE MÉDIA QUALIFICAÇÃO

A indústria abrirá as portas aos profissionais com cursos técnicos no Pará. A afirmação é validada por meio do Mapa do Trabalhador Industrial 2012, publicação divulgada recentemente pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai). Segundo a pesquisa, o estado precisa formar 104,4 mil trabalhadores em nível técnico e em áreas de média qualificação para atuar em novos postos de trabalho previstos até 2015. Mas será que o Pará está preparado para atender esse crescimento? E a mão de obra formada, corresponde às expectativas dos empresários?

Se por um lado a notícia é boa e gera expectativas positivas de aumento dos postos de trabalho e crescimento da economia, por outro reacende a grande preocupação em formar toda essa mão de obra com qualidade que atenda às exigências do mercado, cada vez mais exigente, onde a reciclagem, a adaptação, os investimentos e muita boa vontade política devem estar na pauta do dia.

Para Aline Barros, psicóloga do Instituto Euvaldo Lodi (IEL) no Pará e referência em seleção de estágio e emprego no estado, ainda há muito a se fazer nessa área. Ela comenta sobre o preocupante cenário dos jovens para atender os perfis que surgem, ressaltando que



📍 Aline Barros ressalta que além do curso técnico é preciso buscar conhecimentos extras

grande parte dessa nova geração faz o curso técnico e não se interessa em buscar cursos complementares, que solidifiquem a formação e estejam de acordo com a realidade do mercado. “É preciso lembrar que o ambiente de fábrica precisa ser mais conhecido, vivenciado e que conhecimentos extras são necessários. Um técnico em segurança do trabalho, por exemplo, precisa sim saber liderar, planejar, se comunicar. Se o profissional não busca esse dife-

rencial, ele não consegue se adequar à rotina imposta pela empresa”, destaca.

Na visão de Aline, os cursos técnicos estão sendo cada vez mais valorizados no mercado, sendo responsáveis por bons salários e oportunidades de carreira, mas é preciso buscar a profissão com responsabilidade. “Muitas vezes o aluno só opta por um curso técnico por medo do vestibular. Não se preocupa em fazer pesquisa, nem con-



📍 Miriam Bentes acredita que o ensino técnico local precisa evoluir e oferecer mais opções de formação

versar com um profissional da área sobre o dia a dia, para que conheça mais sobre o ofício. É preciso destacar que inteligência emocional e conhecimentos sobre liderança, respeito à hierarquia e muitos outros podem fazer a diferença na hora da seleção do estágio ou emprego”, lembra.

Para a TCN do Brasil – Tecnologia e Construção Naval, empresa que demanda constantemente estagiários para o setor de Metalurgia (montador, soldador, ajudante, engenheiro naval e de produção), essa questão é uma realidade. “A gente admite de acordo com as boas qualificações apresentadas no currículo, inclusive, destacando aspectos e normas internas da empresa, tais como: relacionamento interpessoal, proatividade, interesse em aprender, mas o que acontece na prática, no dia a dia na fábrica, é que a expectativa inicial vai diminuindo. São poucos os estagiários que conseguem se adequar ao ritmo de trabalho, na produção. O resultado, é que infelizmente, o índice de admissões é quase zero”, lamenta Marcelo Ribeiro, tecnólogo naval e diretor da TCN.

Na opinião do profissional, o aspecto educacional é muito importante para a melhoria desse quadro e pode começar com uma ação conjunta entre a escola e a empresa. “A participação da empresa só se concretiza se observarmos o interesse do técnico em se aperfeiçoar e impulsionar a empresa para frente, pois é isso que esperamos de nossos futuros funcionários. O ideal é que, num futuro próximo, possamos aproveitar nossos estagiários para o quadro efetivo da empresa”, ressalta Marcelo.

DEMANDA CRESCENTE

Miriam Lima Bentes, gerente de RH da Fábrica de Papel da Amazônia S.A. (Facepa) conta que há atualmente no Pará uma demanda muito grande por mão de obra especializada, o que vem gerando muita dificuldade para as empresas na hora de completar seu quadro funcional. Segundo ela, as instituições existentes ainda não conseguem atender todas as empresas ao mesmo tempo em virtude do

aumento na oferta por esses cargos técnicos, resultando em muita dificuldade na hora de contratar profissionais com formações específicas para as indústrias de transformação existentes na região.

No caso específico da Facepa, não existe profissional tecnicamente qualificado no mercado local para trabalhar com celulose e papel, mas novas alternativas estão surgindo. “O que a gente percebe é que de um tempo pra cá as instituições começaram a oferecer cursos específicos para algumas áreas em parceria com as empresas que necessitam formar a mão de obra para o seu quadro funcional.” Alternativas assim ou investimento em treinamentos internos tem sido a saída para empresas como a Facepa, que necessita de mão de obra muito especializada.

“Belém atende a demanda em eletro/eletrônica, mecânica e segurança do trabalho, mas para as áreas de celulose e fabricação de papel e fraldas, o jeito é treinar internamente, o que de certa forma exige um tempo maior e pode atrasar um pouco o crescimento desse profissional dentro de sua área.”

Bruno Carachesti



➤ Daniel Palheta diz que o crescimento da demanda é decorrente de grandes projetos de extração de minérios instalados em nossa região

É justamente em busca do tempo perdido que o estado precisa correr, avaliam os empresários e entidades ligadas à indústria. Caso a alta demanda por técnicos capacitados não seja suprida, o Pará corre o risco de não acompanhar o crescimento sustentável do país.

Segundo Daniel Palheta, diretor de ensino do Instituto Federal do Pará (IFPA), a administração pública já vem se movimentando nesse sentido. “O Governo Federal por meio do MEC (Ministério da Educação e Cultura) e da SETEC (Secretaria de Formação Profissional e Tecnológica) tem investido bem mais em formação regular e em programas que abrangem não só as escolas de formação tecnológica federais como também outras, a exemplo do Pronatec.”

A indústria também está fazendo sua parte para suprir a necessidade por mão de obra qualificada e técnicos capacitados para atuarem no mercado de trabalho. No Senai, em Belém, só neste início de outubro, 500 novos

São essas novas vagas para cursos técnicos que darão aos jovens as condições necessárias para ocupar um lugar no concorrido mercado de trabalho.”

Gerson Peres, diretor regional do Senai

alunos começaram a estudar, gratuitamente, em cursos técnicos do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec).

“Além do Pronatec, temos os cursos à distância (modalidade EAD) e ETEC Brasil, que tem o propósito de ampliar e democratizar o acesso a cursos técnicos de nível médio, públicos e gratuitos, em regime de colaboração entre União, estados, Distrito Federal e município, destaca Gerson Peres, diretor regional do Senai.

PERFIL

Para mapear a nova demanda no estado, a Rede de Formação Profissional e Tecnológica do MEC traça um perfil por meio do Observatório Tecnológico, disponibilizando através de catálogos informações importantes que servem como referência para ofertas de novos cursos. “Há também investimentos nas formações continuadas dos professores o que propicia qualificação e capacitação para atualização dos conteúdos”, ressalta Daniel Palheta, do IFPA.

No Pará, o IFPA possui 12 campi distribuídos em diversos municípios, entre os quais Abaetetuba, Belém, Castanhal e Marabá, sem mencionar os polos avançados de Vigia, Ananindeua, Ponta de Pedras e IPIXUNA do Pará. “Em Belém, a estatística é de crescimento. Em 2011, o curso de Mineração teve uma demanda de 32 candidatos por vaga. De técnico de nível médio (integrado e subsequente) somente o Campus Belém do IFPA forma em torno de 1200 técnicos por ano”, destaca o diretor.

Ele explica que o crescimento é demandado por grandes projetos de extração de minérios instalados em nossa região. “Vale ressaltar que o IFPA – Campus Belém – está no seu segundo convênio com a Mineração Rio do Norte, empresa que financia para seus funcionários os cursos técnicos de Mecânica, Eletrotécnica e Mineração. Já formamos cerca de 100 técnicos na primeira etapa, com previsão de mais 100 até o início de 2013.”

Divulgação Imerys



➤ Paulo Ricardo entrou da Imerys como mecânico industrial e, após investir em si, hoje ocupa o cargo de supervisor de manutenção

INVESTIMENTO PESSOAL

Paulo Ricardo poderia ser apenas um nome no cenário musical, mas para esse Paulo, do qual vamos falar, o que impulsionou sua carreira de sucesso não foi a música, mas a iniciativa que teve em fazer um curso técnico e correr atrás do diferencial, a partir de conhecimentos extras que deram um verniz a mais no seu currículo.

Paulo Ricardo Freitas, 39 anos, trabalha há nove anos no Grupo Imerys – Pigmentos para Papéis e, desde o início da carreira, não deixou passar as oportunidades que surgiram no seu caminho. Ele conta que já acumulava 12 anos de experiência como mecânico industrial quando entrou na empresa no cargo de mecânico I e ainda na primeira semana de trabalho se inscreveu no Senai – unidade Barcarena – para formação de técnicos em sistemas eletromecânicos. “Lembro que as despesas com transporte e alimentação ficaram altas e resolvemos nos reunir e pedir ajuda da empresa. Foi aí que a Imerys patro-

cinou a primeira turma de colaboradores da manutenção”, relembra o profissional.

Depois dessa fase, as oportunidades continuaram dentro da empresa. Ele foi promovido passando pelos cargos de mecânico I, mecânico III, técnico de manutenção I, II, até chegar a supervisor de manutenção mecânica, aceitando o desafio de mudar para Paragominas e fazer parte da equipe da Imerys PPSA, onde está até hoje. “Fiz muitos cursos e palestras complementares dentro da empresa, dos quais destacaria os de balanceamento de rotores rígidos, tecnologia de rolamentos, princípios de alinhamentos de máquinas, desenvolvimento das competências interpessoais, desenvolvimento de gestão de pessoas, dentre outros”, detalha.

Paulo começou este ano a fazer faculdade de engenharia de produção e ainda quer muito mais. “Me sinto vitorioso. Fazer o curso técnico foi fundamental. Para o futuro quero fazer o de automação industrial e mais treinamentos na área de gestão de pessoas e liderança de equipes”, sorri. ➤

110 mil
PARA DAR SUPORTE AO CRESCIMENTO DA INDÚSTRIA PARAENSE, O SENAI TEM POR META DOBRAR O NÚMERO DE MATRÍCULAS EM CURSOS TÉCNICOS JÁ EM 2014. “QUALIFICAMOS E PREPARAMOS PROFISSIONAIS PARA EXERCER FUNÇÕES TÉCNICAS QUE AUMENTAM A COMPETITIVIDADE DAS EMPRESAS. A META DO SENAI PARÁ É EXPANDIR O NÚMERO DE MATRÍCULAS, DE 59 MIL EM 2011, PARA 110 MIL ATÉ 2014”, DESTACA GERSON PERES.

Cuidar da segurança nunca é demais

A COMISSÃO INTERNA DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES É A OPORTUNIDADE DO EMPREGADO TAMBÉM COLABORAR COM A SEGURANÇA NO AMBIENTE DE TRABALHO



Fotos: Bruno Carachesti

Já ouviu falar de NR-5? Mais conhecida como Comissão Interna de Prevenção de Acidentes ou simplesmente CIPA, esta é a norma que tem por objetivo a prevenção de acidentes e doenças decorrentes do trabalho. Muitos trabalhadores desconhecem a sua importância, chegando a considerar chato quando um colega cobra o uso do EPI ou exige que faça o pro-

cedimento passo a passo, mesmo que há anos aquela seja a sua rotina. Mas essa cobrança pode e, em muitas vezes é, aquilo que evita um sério acidente no trabalho.

Para entender melhor como funciona uma CIPA, a primeira coisa a se dizer é que a Comissão deve ser composta por representantes do quadro funcional e do empregador, sempre de acordo com o tipo e

tamanho de cada empresa. Ela é responsável por identificar e mapear os riscos existentes no ambiente de trabalho.

O segundo ponto é que o estabelecimento da CIPA, ou seja, a obrigatoriedade da empresa possuir a Comissão varia de acordo com o “Quadro I – Dimensionamento da CIPA” contido na NR-5.

De forma geral, a CIPA é obriga-

tória em empresas privadas, públicas, sociedades de economia mista, órgãos da administração direta e indireta, instituições beneficentes, associações recreativas, cooperativas, bem como, outras instituições que admitam trabalhadores como empregados, ou seja, que assinem carteira de trabalho. Aqui se abre uma exceção para micros e pequenas empresas com até 20 funcionários, estas, devem promover o treinamento a um empregado para que ele possa atender às especificações da norma (zelar pelo cumprimento das regras de segurança no trabalho).

Sempre com assessoria do SESMT (Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho), quando este existir, os membros da CIPA são eleitos em votação interna e secreta e possuem um ano de mandato, com direito a uma reeleição. Todos os empregados podem se candidatar.

Estas são as características gerais da CIPA. No entanto, ao ser estabelecida, a Comissão ganha diversos deveres e funções dentro da empresa, que por sua vez também tem como obrigação oferecer todas as condições para que o trabalho dos “cipeiros” seja realizado e, a partir disso, promover ações que efetivem as recomendações de segurança. ➔

PRINCIPAIS PONTOS DA CIPA

Devem constituir CIPA, por estabelecimento, e mantê-la em regular funcionamento as empresas privadas, públicas, sociedades de economia mista, órgãos da administração direta e indireta, instituições beneficentes, associações recreativas, cooperativas, bem como, outras instituições que admitam trabalhadores como empregados.

- ➔ A CIPA será composta de representantes do empregador e dos empregados.
- ➔ O mandato dos membros eleitos da CIPA terá a duração de um ano, permitida uma reeleição.
- ➔ A CIPA terá por atribuição:
 - Identificar os riscos do processo de trabalho e elaborar o mapa de riscos.
 - Promover, anualmente, em conjunto com o SESMT, onde houver, a Semana Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho – SIPAT.
- ➔ A empresa deverá promover treinamento para os membros da CIPA.
- ➔ Quando se tratar de empreiteiras ou empresas prestadoras de serviços, considera-se estabelecimento o local em que seus empregados estiverem exercendo suas atividades.

Fonte: Dataprev

CONFIRA OS PRINCIPAIS RISCOS DENTRO DO AMBIENTE INDUSTRIAL.*

*Os riscos podem variar de acordo com cada tipo de empresa e é necessário a fiscalização e levantamento da CIPA para que a sua empresa esteja devidamente mapeada e ofereça segurança a todos os trabalhadores.



Risco Ergonômico: esforço físico, postura inadequada, situação de estresse, monotonia e repetitividade.



Risco Biológico: contaminação por vírus, bactérias, parasitas, etc.



Riscos Físicos: ruídos, calor, pressões anormais e radiações.



Riscos Químicos: poeiras, fumos, gases e substâncias, compostos e produtos químicos em geral.



Riscos de Acidentes: arranjo físico deficiente, máquinas e equipamentos sem proteção, ferramentas inadequadas ou defeituosas, incêndio ou explosão e animais peçonhentos.

PRINCIPAIS RISCOS EM CADA ÁREA

Setor Administrativo:
Risco Ergonômico

Ambulatório:
Risco Biológico

Área operacional:
Risco ergonômico, risco de acidentes, risco físico e risco químico.

Manutenção:
Risco químico, riscos de acidentes, risco físico e risco ergonômico.

Vigilância:
Risco ergonômico e risco físico.

Infográfico: Márcio Euclides

ESTABILIDADE NO EMPREGO

A arquiteta especializada há mais de 20 anos em engenharia de segurança no trabalho, Carmen Silva Macedo, explica que um dos benefícios para o trabalhador que se torna membro da CIPA é a estabilidade no emprego. “Essa estabilidade deve ser vista como um estímulo para que a vigilância no que diz respeito às ações da NR-5 seja de fato cumprida, assim como a realização dos demais deveres”, diz Carmen, referindo-se, entre outras coisas, à promoção da Semana Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho (SIPAT) e de Campanhas de Prevenção da AIDS.

O chefe do Setor de Embalagem, Raimundo de Oliveira, da fábrica Frango Americano, no município de Santa Isabel, é “cipeiro” há pouco mais de um ano e diz que o maior benefício mesmo é a oportunidade de obter conhecimentos relativos à segurança. “Nós temos aqui na empresa uma política de que os empregados que estão na Cipa não tentem a reeleição. Optamos assim para dar oportunidade para todos interagirem com esse tema. Dessa forma esperamos que um dia todos os funcionários vão ter conhecimento de como é trabalhar com segurança”, explica Raimundo.

Mas quais os principais acidentes que podem ocorrer nas fábricas? Segundo Carmen, isso muda muito de acordo com o ramo produtivo. “Em uma madeireira há muito o risco físico, já em uma fábrica de remédios, por exemplo, há o risco biológico”, relata a especialista, que já prestou serviços para indústrias do ramo da construção civil e do setor madeireiro – atualmente é consultora em fábricas alimentícias e hospitais. ↩



Raimundo de Oliveira diz que o maior benefício de ser um cipeiros é poder aprender mais sobre segurança



“O perfil dos riscos muda, inclusive, de acordo com o ambiente existente dentro da empresa. No administrativo, por exemplo, o mapa destaca o risco ergonômico, enquanto na área de operação podemos ter o risco químico, dependendo do que é produzido.”

Carmen Silva Macedo, engenheira de Segurança no Trabalho

PROMOÇÃO DE SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA SÃO ASPECTOS ESSENCIAIS PARA UM BOM AMBIENTE DE TRABALHO. A GINÁSTICA LABORAL É UMA ALTERNATIVA PARA A OTIMIZAÇÃO DA PRODUTIVIDADE E MELHOR RELAÇÃO ENTRE OS TRABALHADORES.

De forma inexorável, as sociedades são permeadas por vários desafios impostos pelo mundo contemporâneo do trabalho. Obtenção e apresentação de resultados esperados, a importância de ter qualificação para o desempenho de várias tarefas e proatividade são alguns dos desafios. Diante destas necessidades, muitos trabalhadores, às vezes sem perceber, priorizam um cotidiano laboral agitado, se transformam em *workaholics* (trabalhador compulsivo) e comprometem, assim, a sua saúde e qualidade de vida.

Como forma de neutralizar ou, pelo menos, atenuar os efeitos negativos de uma jornada intensa e desgastante, muitas empresas oferecem aos seus colaboradores sessões de ginástica laboral. “Esta atividade consiste em um conjunto de exercícios de alongamento, reeducação postural, fortalecimento, percepção corporal e relaxamento. Estes fatores promovem o bem-estar do funcionário dentro do seu ambiente de trabalho, prevenindo possíveis doenças relacionadas ao esforço repetitivo e preparando seu corpo para a prática laboral de rotina”, explica Clarissa Lima, fisioterapeuta da Unidade de Ensino e Assistência em Fisioterapia e Terapia Ocupacional (UEAFTO) da Universidade do Estado do Pará (Uepa).



Ilustração: Márcio Euclides

De acordo com Clarissa Lima, os principais benefícios da ginástica laboral são: redução das sensações de dor nas musculaturas exigidas ao longo do período de trabalho, devido ao relaxamento e ao alongamento de musculaturas específicas exigidas na prática profissional; diminuição da sobrecarga das articulações; maior conforto durante o esforço em que o indivíduo é submetido; e redução do estresse, o que contribui para maior produtividade e qualidade das atividades exercidas, e para a satisfação e fortalecimento das relações interpessoais da equipe.

Com a prática regular da atividade (com duração média de cada sessão entre 10 e 15 minutos, antes, durante ou depois do expediente, no próprio ambiente de trabalho) e os consequentes benefícios, há sensível redução de afastamentos do trabalho por conta das doenças ocupacionais. “Isto, claro, é relevante para qualquer empresa, que tem interesse no bem-estar do seu funcionário e na consequente manutenção da alta produtividade”, comenta.

Especificamente, em relação à prevenção de doenças, a ginástica laboral atua evitando as Lesões por Esforço Repetitivo (LER) e as Doenças Ocupacionais Relacionadas ao Trabalho (DORT), como tendinites, cervicalgias e lombalgias.

O Serviço Social da Indústria (Sesi) no Pará, instituição vinculada à Federação das Indústrias do Estado do Pará (Fiepa), atende em Belém 14 empresas com o “Programa Ginástica na Empresa”. Segundo a responsável pela ginástica laboral oferecida pelo SESI

Pará, Sandra Figueiredo, técnica em Educação Física, estas empresas escolheram o Sesi para oferecer a atividade porque “temos um programa bem sucedido e consolidado. Estas empresas possuem uma relação de fidelização com o SESI, devido ao excelente serviço que é proporcionado”, diz Sandra Figueiredo.

Um dos clientes do Sesi em Belém é a filial da OCRIM S.A - Produtos Alimentícios na capital, uma indústria de farinha de trigo e rações para animais. Desde outubro de 2008, a atividade é realizada três vezes por semana na empresa. “Ao longo destes quatro anos foi desenvolvido um trabalho de educação e conscientização sobre a ginástica laboral, que foi desde a realização de palestras e diálogos sobre segurança voltados ao assunto, até a distribuição de material educativo. A proposta era que os colaboradores criassem e mantivessem o hábito de participar espontaneamente do exercício. Atualmente, a participação sinaliza que os resultados têm sido alcançados”, considera a técnica de Segurança do Trabalho da OCRIM, Eliane Chrestani Dall Bello.

Em termos numéricos, conforme Eliane Dall Bello, a participação dos funcionários que estão na indústria no horário de realização da atividade é expressiva, e chega a 90%. Sobre a escolha do Sesi como instituição para oferecer ginástica à OCRIM, a técnica em Segurança do Trabalho destaca que “o Sesi hoje é referência não só na ginástica laboral, mas nos inúmeros serviços que presta ao trabalhador da indústria”. ◀

SESI É RECONHECIDO POR SUA ATUAÇÃO

O reconhecimento da qualidade do serviço oferecido pelo Sesi foi materializado, recentemente, com a conquista de um prêmio. A instituição recebeu, em São Paulo, no mês de setembro, o prêmio Top Seven Marca Brasil na categoria Melhor Marca de Ginástica Laboral, honraria que confirma a credibilidade que um dos serviços prestados pelo Sesi tem entre os gestores de recursos humanos de empresas. Inclusive, durante a solenidade de premiação, fora revelada uma pesquisa, realizada em 2009, que aponta que 34,2% das indústrias do Brasil oferecem serviços de ginástica laboral. Desse total, segundo o estudo, 57,6% contratam a entidade.

☞ **Sindicato da Indústria de Fiação e Tecelagem em Geral do Estado do Pará – Sinditec**

Presidente: Flávio Junqueira Smith
(91) 3230-3721
flavio@castanhal.com.br
www.sindindustria.com.br/sinditec

☞ **Sindicato das Indústrias Madeiras do Vale do Acará – Simava**

Presidente: Oseas Nunes de Castro
(91) 3727-1512 / 3727-1016
madeiraimais@hotmail.com
www.sindindustria.com.br/simavapa

☞ **Sindicato das Indústrias Gráficas do Oeste do Pará**

Presidente: Antônio Djalma Vasconcelos
(93) 9121-6220
djascon@yahoo.com.br
www.sindindustria.com.br/sigepa

☞ **Sindicato das Indústrias Gráficas do Estado do Pará – Sigepa**

Presidente: Carlos Jorge da Silva
(91) 4009-4985 / 3241-5744
sigepa@globo.com / sigepa@fiepa.org.br

☞ **Sindicato da Indústria de Confeções de Roupas e Chapéus de Senhora do Estado do Pará – Sindusroupa**

Presidente: Rita Arêas
(91) 4009-4872
sindusroupa@yahoo.com.br
www.sindindustria.com.br/sindusroupa

☞ **Sindicato da Indústria de Marcenaria do Estado do Pará – Sindmóveis**

Presidente: Neudo Tavares
(91) 3212-3318
sindmoveis@fiepa.org.br
www.sindindustria.com.br/sindmoveispa

☞ **Sindicato da Indústria de Azeite e Óleos Alimentícios do Estado do Pará – Sinolpa**

Presidente: Antônio Pereira da Silva
(91) 4009-8000 / 4009-8004 / 3258-0001
apereira@agropalma.com.br
www.sindindustria.com.br/sinolpa

☞ **Sindicato da Ind. Metalúrgica, Mecânica e de Mat. Elétrico do Estado do Pará – Simepa**

Presidente: Marcos Marcelino de Oliveira
(91) 3223-7146 / 3242-7107
simepa@simepa.com.br
mrmarcos@marcosmarcelino.com.br
www.sindindustria.com.br/simepa

☞ **Sindicato das Indústrias de Mármore e Granitos do Estado do Pará**

Presidente: Ivan Palmeira Anijar
(91) 3210-8800 / 3210-8843
ivanijar@marmobraz.com.br

☞ **Sindicato da Indústria de Pesca do Estado do Pará – Sinpesca**

Presidente: Armando José Romaguera Burle
(91) 3241-4588 / 3241-2101
sinpesca@interconnect.com.br
www.sindindustria.com.br/sinpescapa

☞ **Sindicato da Indústria de Calçados do Estado do Pará**

Presidente: Jaime da Silva Bessa
(91) 3224-6621
jaimbessa@hotmail.com

☞ **Sindicato da Ind. de Madeira de Jacundá – Simaja**

Presidente: Jonas de Castro
(94) 3345-1224 / 3345-1186

☞ **Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado do Pará – Sinduscon**

Presidente: Marcelo Gil Castelo Branco
(91) 3241-4058 / 3212-0132 / 4009-4988 / 3241-3763
secretaria@sindusconpa.org.br
www.sindindustria.com.br/sindusconpa
www.sindusconpa.org.br

☞ **Sindicato da Ind. de Serr., Carp. Tan. Mad. Compensadas de Marabá – Sindimar**

Presidente: João Batista Corrêa Filho
Rua Nagib Mutran, 395 – Cidade Nova
68501-570. Marabá (PA)
www.sindindustria.com.br/sindimarpa

☞ **Sindicato da Indústria de Panificação do Estado do Pará – Sippa**

Presidente: Elias Pedrosa
(91) 3222-5140 / 3241-1052
sippa@fiepa.org.br
www.sindindustria.com.br/sippa

☞ **Sindicato da Ind. Metalúrgica, Mecânica e de Material Elétrico de Construção e Região Norte e Nordeste – Simene**

Presidente: Nelson Tauro Oyama Kataoka
(91) 3721-3835 / 3711-0868
simenepa@hotmail.com / delegaciacaastanhal@fiepa.org.br
www.sindindustria.com.br/simenepa

☞ **Sindicato da Indústria da Construção Naval do Estado do Pará – Sinconapa**

Presidente: Fábio Ribeiro de Azevedo Vasconcelos
(91) 3224-4142 / 4009-4981
fabio.sinconapa@fiepa.org.br / sinconapa@fiepa.org.br
www.sindindustria.com.br/sinconapa

☞ **Sindicato da Indústria de Bebidas do Estado do Pará**

Presidente: Juarez De Paula Simões
(91) 3201-1500 / 3201-1508
juarez.simoies@gruposimoies.com.br
www.sindindustria.com.br/sindbebidaspa

☞ **Sindicato da Indústria de Serr. Tan. Mad. Comp. de Mad. de Paragominas – Sindiserpa**

Presidente: Mario Cesar Lombardi
(91) 3011-0053
sindiserpa@nortnet.com.br
www.sindindustria.com.br/sindserpa

☞ **Sindicato da Indústria de Palmitos do Estado do Pará – Sindipalm**

Presidente: Fernando Bruno C. Barbosa
(91) 3225-1788 / 4009-4883
sindipalm@fiepa.org.br
www.sindindustria.com.br/sindipalm

☞ **Sindicato da Ind. de Benef. de Arroz, Milho, Mand. Soja, Cond. e Rações Bal. do Estado do Pará**

Presidente: Paulo Roberto Mendes
(91) 3222-0339
moinhoesperanca@hotmail.com

☞ **Sindicato da Indústria de Olaria Cerâmica para Construção e de Artefatos de Cimento a Armado do Estado do Pará – Sindolpa**

Presidente: Lisio dos Santos Capela
(91) 3241-0349
lscapela@gmail.com

☞ **Sindicato da Indústria de Madeira de Tucuruí e Região – Simatur**

Presidente: Angelo Colombo
simatur@mcoline.com.br

☞ **Sindicato da Ind. de Preparação de Óleos Vegetais e Animais, Sabão e Velas do Estado do Pará**

Presidente: Luiz Otávio Rei Monteiro
(91) 3204-1400/1401 / 3204-1430
smdist@amazon.com.br
vendas@grupostamaria.com.br

☞ **Sindicato da Ind. de Produtos Químicos, Farm. e de Perfumaria e Artigos de Toucador do Estado do Pará – Sinquifarma**

Presidente: Nilson Monteiro De Azevedo
(91) 3241-8176 / 4009-4876
nilson@fiepa.org.br
www.sindindustria.com.br/sinquifarmapa

☞ **Sindicato das Indústrias de Biscoitos, Massas, Café (Torrefação e Moagem), Salgadinhos, Substâncias Aromáticas, Doces e Conservas Alimentícias, Laticínios e Produtos Derivados do Estado do Pará**

Presidente: Helio De Moura Melo Filho
(91) 3711-0868
siapa@linknet.com.br / helio@hilea.com.br
www.sindindustria.com.br/siapa



☞ **Sindicato da Agroindústria Tabageira do Estado do Pará – Saitep**

Presidente: José Joaquim Diogo
(91) 4009-4871
www.sindindustria.com.br/saiteppa

☞ **Sindicato da Ind. de Serr. Tan. de Mad. Comp. e Lam. de Belém e Ananindeua**

Presidente: Cezar Remor
(91)3242-4081 / 4009-4878 / 3242-7342
sindimade@sindimade.com.br
www.sindindustria.com.br/sindimadpa

☞ **Sindicato da Carne e Derivados do Estado do Pará – Sindicarne**

Presidente: Dalberto Uliana
(91) 3225-1128 / 4009-4886
sindicarnepa@sindicarne-pa.com.br
www.sindindustria.com.br/sindicarnepa

☞ **Sindicato da Indústria Madeireira de Dom Eliseu – Simade**

Presidente: Rogério Bonato
(91) 3335-1142

☞ **Sindicato da Ind. da Construção e do Mobiliário de São Miguel do Guamá, Irituia Mãe do Rio e Aurora do Pará – Sincom**

Presidente: Raimundo Gonçalves Barbosa
(91) 3446-2564 / 3446-1184
sicomsmg@hotmail.com
www.sindindustria.com.br/sicompa

☞ **Sindicato da Ind. Madeireira e Moveleira de Tailândia – Sindimata**

Presidente: João Batista Medeiros
(91) 3752-1233 / 3752-1309
sindimata@lidnet.com.br
www.sindindustria.com.br/sindimatapa

☞ **Sindicato da Ind. da Construção e do Mobiliário de Castanhal**

Presidente: Roberto Kataoka Oyama
(91)3721-3835 / (91) 3711-0804
delegaciacaastanhal@fiepa.org.br / regina.cast@fiepa.org.br
www.sindindustria.com.br/sicmcpa

☞ **Sindicato da Ind. de Serraria, Tanoaria de Madeiras Compensadas e Laminados do Arquipélago do Marajó – Simmar**

Presidente: Dejair Francisco De Oliveira
(91) 3783-1228
org.contabeis@bol.com.br
www.sindindustria.com.br/simmarpa

☞ **Sindicato da Ind. de Reparação de Veículos e Acessórios do Estado do Pará – Sindirepa**

Presidente: André Luiz Ferreira Fontes
(91) 3254-5826 / 3244-8844
tecnover2@yahoo.com.br
www.sindindustria.com.br/sindirepa

☞ **Sindicato da Ind. de Frutas e Derivados do Estado do Pará – Sindifrutas**

Presidente: Solange Motta
(91)3212-2619
sindifrutas@fiepa.org.br
www.sindindustria.com.br/sindifrutasp

☞ **Sindicato da Ind. de Madeira do Baixo e Médio Xingu – Simbax**

Presidente: Renato Mengoni Junior
(93) 3515-3077
simbaxaltamira@yahoo.com.br

☞ **Sindicato das Indústrias de Ferro-gusa do Estado do Pará – Sindiferpa**

Presidente: Leonildo Borges Rocha
(91) 3241-2396 / 2347 / 4009-4884
anaclaudia@sindiferpa.com.br
www.sindindustria.com.br/sindiferpa

☞ **Sindicato das Indústrias Mineraias do Estado do Pará – Simineral**

Presidente: José Fernando Gomes Junior
(91) 3230-4066
presidencia@simineral.org.br
www.sindindustria.com.br/simineraispa

☞ **Sindicato das Indústrias de Laticínios do Estado do Pará**

Presidente: Frederico Vendramini Nunes Oliveira
(94) 3322-1953
sindleitepa@hotmail.com
www.sindindustria.com.br/sindleitepa

A MAIOR VITRINE DE PRODUTOS DO PARÁ CONTINUA EM 2013. NÃO ESQUEÇA DE RESERVAR LOGO O SEU ESPAÇO.



Belém, 22 a 25 de maio de 2013. Hangar.

Informações: Travessa Quintino Bocaiúva, 1588 - Nazaré (Belém-Pará) ☎ (91) 4009-4809 / (11) 3721-3116 / 99970-8329

✉ fipa@fiepa.org.br / rita.mazzotti@wrsaopaulo.com.br 🌐 www.fiepa.org.br 📺 @SistemaFiepa 📺 SistemaFiepa

ORGANIZAÇÃO:



REALIZAÇÃO:





OLIMPIÁDA DO
CONHECIMENTO
SENAI SESI

EU FAÇO

O FUTURO
DO BRASIL



Vitor Cunha

Medalha de ouro na
Word Skills Americas 2012

O aluno de Eletrônica Industrial do Senai Getúlio Vargas, foi medalha de ouro na World Skills Americas 2012, maior competição de ensino técnico e profissional das Américas. O paraense ficou à frente de outros seis países, entre eles Canadá, Colômbia, República Dominicana e Peru.

O SENAI Pará está trabalhando para acompanhar as tendências nacionais e internacionais do ensino profissionalizante. Ficamos muito felizes em confirmar que o ensino do SENAI está gerando grandes resultados. Nos próximos dois anos mais de R\$77 milhões estão sendo investidos na ampliação e modernização de dois Centros de Educação Profissional, na aquisição de novas unidades móveis e na implantação do primeiro Instituto SENAI de Inovação em Tecnologias Minerais, que atenderá demandas de todo o Brasil e ficará sediado na capital paraense.

Você também pode fazer o futuro da indústria do Pará. Venha para o SENAI.

 Acesse: www.senaipa.org.br

 Siga: @sistemafiepa

 Curta: /SistemaFiepa

Mais informações:

(91) 4009 4761



CORREALIZAÇÃO:



REALIZAÇÃO:

